



# Relatório da 3ª Conferência da Cidade do Natal

**PREFEITO**

**Carlos Eduardo Nunes Alves**

**Secretário do Gabinete do Prefeito**

*João Bosco Barreto D. Pinheiro*

**Secretário Municipal de Planejamento Orçamento e Finanças**

*Maria Virgínia Ferreira Lopes*

**Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos e Previdência**

*João Felipe da Trindade*

**Secretário Municipal de Tributação**

*Maria Gorete de Araújo Cavalcanti*

**Procurador Geral do Município**

*Waldenir Xavier*

**Controlador Geral do Município**

*Walda Felix Souza*

**Secretário Municipal de Educação**

*Justina Iva de Araújo Silva*

**Secretário Municipal de Saúde**

*Maria Aparecida de França Gomes*

**Secretário Municipal de Trabalho e Assistência Social**

*Vilma Sampaio*

**Secretário Municipal de Desenvolvimento Comunitário**

*Eduardo Dias*

**Secretário Municipal de Comércio Indústria e Turismo**

*Fernando Bezerril de Araújo*

**Secretário Municipal de Transporte e Trânsito Urbano**

*Elequicina Maria dos Santos*

**Secretário Especial de Meio Ambiente e Urbanismo**

*Ana Miriam Machado da Silva Freitas*

**Secretário Municipal de Serviços Urbanos**

*Ranieri Barbosa*

**Secretário Municipal de Obras e Viação**

*Damião Rodrigues Pita*

**Secretário Especial de Esportes e Lazer**

*Francisco Nilton Pascoal de Figueiredo*

**Presidente da Fundação Cultural Capitania das Artes**

*Dácio Freitas Galvão*

**Diretor Presidente da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do**

**Município de Natal**

*Urbano Medeiros Lima*

**Presidente da Companhia de Serviços Urbanos de Natal**

*Josenildo Barbosa de Lima*

**Secretária de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes**

*Maria Eleonora Silva de Macêdo*

**Secretário da Assessoria de Comunicação Social**

*Hewerton Santos Freitas*

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS**

**Secretário**

*Maria Virgínia Ferreira Lopes*

**Secretário Adjunto de Planejamento Instrumental**

*Manoel Júnior Souto de Souza*

**Secretário Adjunto de Finanças, Orçamento e Gestão Participativa**

*Adamires França*

**Chefe de Gabinete**

*Laíse Tomaz*

**Assessora Técnica**

*Glenda Dantas Ferreira*

**Chefe do Departamento de Participação Popular**

*Haroldo Gomes*

**Chefe do Departamento de Projetos Especiais**

*Francisco Maximiliano Bezerra*

**Chefe do Departamento de Planejamento Participativo**

*Luiz Wilson Vilar Ramalho Cavalcanti*

**Chefe do Departamento de Estudos e Pesquisas**

*Jucilene de Souza Silva*

**Chefe do Departamento de Informática**

*Carolina Maria Barbosa*

**Chefe do Departamento de Orçamento**

*Maria da Penha C. de Vasconcelos*

**Chefe do Departamento Finanças**

*Maria do Socorro Oliveira*

**EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL**

*Glenda Dantas Ferreira*

*Juliano Varela de Oliveira*

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	6
INTRODUÇÃO .....	8
COMISSÃO PREPARATÓRIA DA 3ª CONFERÊNCIA DA CIDADE DO NATAL .....	10
PRÉ-CONFERÊNCIA DA CIDADE DO NATAL .....	13
BALANÇO DA 2ª CONFERÊNCIA DA CIDADE DO NATAL/2003.....	15
PROGRAMAÇÃO DA 3ª CONFERÊNCIA DA CIDADE DO NATAL .....	23
RESUMO DAS APRESENTAÇÕES DAS TEMÁTICAS DA 3ª CONFERÊNCIA	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
DISCUSSÕES REALIZADAS NOS GRUPOS TEMÁTICOS .....	26
MOÇÕES .....	31
MOÇÃO 01 .....	31
MOÇÃO 02 .....	33
MOÇÃO 03 .....	41
MOÇÃO 04 .....	43
MOÇÃO 05 .....	1
MOÇÃO 06 .....	54
ANEXOS .....	58
ANEXO 01 - Regulamento da 3ª Conferência da Cidade do Natal/2003. ....	59
ANEXO 02 - Regimento da 3ª Conferência da Cidade do Natal .....	62

## APRESENTAÇÃO

Algumas expressões já se tornaram por demais corriqueiras em razão dos debates travados na era da chamada contemporaneidade: globalização, mundialização, pobreza, questões sociais, sustentabilidade, desenvolvimento urbano, entre tantas outras. O que muitas vezes se esquece é o que está por trás dessas palavras. Ou seja, o conteúdo político de cada uma delas é o que quase sempre se apresenta latente, sendo conhecido apenas por aqueles que estão diretamente envolvidos em seus desdobramentos, mais especificamente governos, estudiosos e movimentos sociais.

Ao que cabe especialmente às esferas governamentais, destaca-se a responsabilidade em gerir o que é público em prol do atendimento das demandas dos cidadãos; o que não se configura em nenhuma novidade. No entanto, frente à atual realidade das cidades e das conquistas alcançadas pela sociedade civil organizada, cumprir tal responsabilidade passa necessariamente pela legitimação dessa através de diversos instrumentos de controle social disponíveis. A participação popular torna-se condição *sine qua non* à consolidação da cidadania.

As cidades, no decorrer da história, foram sendo arquitetadas como *lôcus* de diversos tipos de concentração, transformando-se, na atualidade, em centros dinâmicos aglutinadores de polaridades: concentram poder e limites de decisão, riqueza e pobreza, oportunidades e exclusões, atração e expulsão, entre outras. Nesse bojo, encontram-se milhões de pessoas e instituições à mercê de transformações sócio-econômicas, políticas e culturais rápidas e inexoráveis, que exigem um alto grau de pró-atividade, para assimilar, vivenciar e promover processos de concertação.

Para tanto, faz-se necessário, dentro da discussão em torno do controle social, o estabelecimento de canais de pactuação entre sociedade civil organizada, governo das cidades e demais instituições envolvidas direta ou indiretamente com as questões do desenvolvimento urbano. O grande intuito dessa pactuação é, portanto, construir um ambiente urbano condizente com um padrão de vida mais humano e sustentável, considerando que as cidades passam cotidianamente por dinâmicas de construção, desconstrução e reconstrução dos seus espaços sócio-urbanístico, haja vista a diversidade de seus atores, das representações destes sobre as cidades e dos papéis que eles desempenham nelas.

Tal pactuação requer um modelo de governança urbana pautado na integração, por um lado, entre esferas de governos, tendo em vista a necessidade de sustentação e aprimoramento do pacto federativo; e por outro, entre governos e sociedade, viabilizando a gestão democrática das cidades por meio do controle social. Isso nos leva a refletir sobre o *direito à cidade*, entendendo que este vai muito além da simples oferta de bens e serviços públicos ou da oferta de uma moradia. O direito à cidade

pode ser visto como reflexo de décadas de lutas sociais por uma cidade mais saudável, onde haja a valorização plena dos direitos sociais, políticos e civis; o desenvolvimento urbano equitativo e sustentável; a participação na definição do orçamento público; a transparência na gestão; e o direito à informação pública.

Nesse sentido, a 3ª Conferência da Cidade do Natal funcionou como um instrumento de garantia ao direito à cidade, uma vez que se refletiu sobre a realidade de Natal, ao mesmo tempo em que os diversos atores sociais envolvidos com a temática do desenvolvimento urbano elaboraram propostas direcionadas ao alcance desse direito. Esta dinâmica democrática aprimora, gradativamente, a relação local entre a administração pública e a sociedade civil organizada, o que potencializa a construção coletiva de planos, programas e projetos para a capital potiguar.

Assim, ganha a administração pública, ganha a sociedade civil e ganham também aqueles/as a quem podemos chamar de parceiros/as. Ganha a cidade do Natal que passa a contar com uma rede de cooperação entre atores e instituições preocupados não somente com seus problemas e/ou interesses particulares, mas com questões macro, coletivas, comuns a todos.

Carlos Eduardo Nunes Alves  
**Prefeito de Natal**

## INTRODUÇÃO

Ao se constituir no mais amplo e democrático instrumento decisório já utilizado pela administração pública, a Conferência da Cidade configura-se num momento extremamente importante no processo de consolidação da gestão democrática da cidade, uma vez que representantes de diversos segmentos da sociedade civil organizada, dos órgãos de classe e do poder público refletem sobre a realidade social, urbana e ambiental na qual estão inseridos e propõem alternativas à construção de uma Natal melhor.

A implementação de uma política urbana orientada por princípios democráticos e participativos não é algo simples de ser alcançado, dado que envolve a necessidade de pactuação entre poder público e sociedade civil; de mudança na cultura política vigente, ainda fortemente marcada por práticas assistencialistas, clientelistas e hierarquizadas; da garantia de recursos financeiro-orçamentários para planejamento e execução das políticas urbanas; de uma adequada desburocratização dos arranjos institucionais e administrativos existentes, a fim de torná-los mais eficientes.

Diante desse conjunto de necessidades, implementar uma política urbana democrática e participativa continua sendo um grande desafio para as esferas de governo em seus diversos níveis. Um passo preliminar nesse sentido veio através de uma reeleitura da Política de Desenvolvimento Urbano brasileira, a qual permitiu uma crítica ao modelo tradicional de planejamento e intervenção, historicamente alicerçado numa visão setorializada e segmentada das políticas públicas (habitação, transporte e trânsito e saneamento ambiental), possibilitando a construção de um novo enfoque, desta vez fundamentado nos pressupostos da integração, da intersectorialidade e da multidisciplinaridade, os quais tendem a conferir maior sustentabilidade ao desenvolvimento urbano. A concretização desse novo modelo de planejamento e intervenção do/no espaço das cidades teve início com a realização da 1ª Conferência das Cidades.

Durante a 1ª Conferência da Cidade foram discutidos três temas básicos: habitação e regularização fundiária; transporte, trânsito e mobilidade urbana; e saneamento ambiental. Em Natal, a discussão de tais temáticas permitiu ampliar o grau de interação e pactuação entre o poder público e os setores que se fizeram representados. Na 2ª Conferência da Cidade do Natal, os atores direta e indiretamente envolvidos tiveram uma grande responsabilidade histórica: contribuir, democraticamente, na definição da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), cujo objetivo é nortear as ações da administração pública, de forma coordenada e com efetiva participação popular.

A partir desse contexto, o presente relatório traz a descrição seqüenciada dos procedimentos adotados para a realização da 3ª Conferência da Cidade do Natal, desde a etapa de planejamento até



---

a de sistematização das propostas feitas pelos delegados. Para além desse objetivo, este relatório pretende demonstrar que a parceria entre sociedade civil organizada e poder público é possível, ao mesmo tempo em que é capaz de promover mudanças estruturantes e de reconstruir esse *mosaico de cores, tons, formas, atores e políticas* que é a cidade, conferindo aos seus habitantes uma melhor qualidade de vida.

## COMISSÃO PREPARATÓRIA DA 3ª CONFERÊNCIA DA CIDADE DO NATAL

A organização da 3ª Conferência da Cidade do Natal foi iniciada com a escolha da Comissão Preparatória, cujos membros foram convidados a participarem da mesma de acordo com o grau de envolvimento de sua respectiva entidade com a temática do desenvolvimento urbano.

A Comissão Preparatória teve como objetivos: i) elaborar o Regimento que estabeleceu os critérios de escolha dos delegados da Conferência, respeitando as diretrizes e definições da mesma quanto à representação dos segmentos, a qual obedeceu ao critério de proporcionalidade da população de acordo com os normativos da Conferência Nacional; e ii) elaborar o Regulamento que estabeleceu as regras para o funcionamento da Conferência.

À Comissão Preparatória couberam as seguintes atribuições:

- a) Definir o Regimento Municipal contendo os critérios de participação na 3ª Conferência da Cidade do Natal/RN para a eleição de delegados, respeitadas as diretrizes e as definições do Regimento da 3ª Conferência Nacional das Cidades, bem como a proporcionalidade da população e dos segmentos participantes;
- b) Definir data, local e pauta da 3ª Conferência da Cidade do Natal/RN, etapa municipal, contemplando as questões municipais, regionais e estaduais, além do temário nacional;
- c) Sistematizar o Relatório Final da 3ª Conferência da Cidade do Natal/RN, etapa municipal;
- d) Decidir sobre os casos omissos ou conflitantes.

A Comissão Preparatória da 3ª Conferência da Cidade do Natal foi constituída pelas seguintes representações:

1. Empresários Relacionados à Produção, Financiamento do Desenvolvimento Urbano

Titular: José Pedro da Silva Neto - **SITOPARN**

2. Entidades Sindicais:

Titular: Romualdo Nascimento Souza - **SINTRO**

Titular: Zacarias Anselmo da Silva - **CUT/RN**

3. Instituições Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa e Conselhos Profissionais

Titular: Dulce Bentes - **UFRN**

---

Titular: Josivan Cardoso Moreno - **ABES**

4. Grupo de Representantes das Organizações Não Governamentais (ONG'S)

Titular: Pascal Brum – **FÉ E ALEGRIA**

5. Grupo dos Representantes Sociais e Populares

Titular: Wellington Bernardo - **MLB**

6 .Grupo de Representantes de Gestores e Administradores Públicos

Titular: Maria Virgínia Ferreira Lopes – **SEMPLA/PMN**

Titular: Manoel Júnior Souto – **SEMPLA/PMN**

Titular: Jucilene de Souza Silva – **SEMPLA/PMN**

Titular: Glenda Dantas Ferreira – **SEMPLA/PMN**

Titular: Irani Santos – **SEMPLA/PMN**

Titular: Francisco Maximiano – **SEMPLA/PMN**

Titular: Juliano Varela de Oliveira - **SEMPLA/PMN**

Titular: Carlos Teodósio Wanderley - **SEMPLA/PMN**

Titular: Mozart de Albuquerque Neto - **SEMPLA/PMN**

Titular: Jonaldo Carrilho - **SEMPLA/PMN**

Titular: Flaviane de Oliveira Silva – **SEMURB/PMN**

Titular: Maria Lúcia de Carvalho Supra - **SEMURB/PMN**

Titular: Ana Maria Gouveia Filgueira – **STTU/PMN**

Titular: Geovânia Carla L. Oliveira – **SEHARPE/PMN**

Titular: Manoel Lima de Menezes - **GUARDA MUNICIPAL**

7. Colaboradores

Ana Denise de Arruda Lopes Soares - **SEMURB/PMN**

Andreza Barbosa da Silva - **SEHARPE/PMN**

Daniel Corneiro de Vasconcelos - **SEMPLA/PMN**

Daniele Montenegro - **SEMPLA/PMN**

Edvanira Martins da Trindade - **STTU/PMN**

Elba Elaine Farias Chavante - **SEMURB/PMN**

Ercia Gurgel - **SEMPLA/PMN**

Helton Bruno de Souza Alves - **STTU/PMN**

Isabelle Silva do Nascimento - **STTU/PMN**

José Sande Germano Martins Filho - **STTU/PMN**

Laércio Ferreira Gomes - **STTU/PMN**

Laise Tomaz - **SEMPLA/PMN**

Luciana Aguiar de Lima - **GUARDA MUNICIPAL**

Maria das Graças Barros de Lima - **GUARDA MUNICIPAL**

Pablo Lula - **SEMPLA/PMN**

Priscila da Silva Nascimento - **SEHARPE/PMN**

Raissa Mafaldo Oliveira - **SEMURB/PMN**

Ramilla Souza - **SEMPLA/PMN**

Renata Bezerra da Costa - **SEMPLA/PMN**

Ricardo Alexandre de Bakker Freire - **SEMPLA/PMN**

Silvestre Gomes Martins - **SEMURB/PMN**

Suely Matias - **GUARDA MUNICIPAL**

Sidney Tomaz - **SEMPLA/PMN**

## **PRÉ-CONFERÊNCIA DA CIDADE DO NATAL**

A 3ª Conferência da Cidade do Natal foi antecedida por uma grande pré-conferência realizada no Centro de Referência em Educação Aluísio Alves. Nela, procurou-se garantir a efetiva participação da sociedade civil organizada, dos empresários, dos sindicatos, das entidades de pesquisa e conselhos de classe, bem como dos gestores públicos e do legislativo municipal. A pré-conferência foi um momento ímpar de preparação dos delegados, tanto no que diz respeito ao temário quanto à reflexão específica sobre a importância da Conferência das Cidades enquanto instrumento de gestão democrática e participativa. Nesse caso, a preocupação era de garantir aos participantes o entendimento claro acerca da relevância desse instrumento em todas as suas dimensões e do compromisso e da responsabilidade que eles, enquanto representantes de diversos segmentos, teriam no debate sobre desenvolvimento urbano e gestão das cidades. Com base nisso, foram apresentados os temas e sub-temas definidos pelo Ministério das Cidades para a 3ª Conferência, a partir dos quais se buscou garantir uma reflexão preliminar sobre a questão do desenvolvimento urbano com participação social, que posteriormente seria retomada durante a Conferência.

**Tema 1: A Política de Desenvolvimento Urbano e as Intervenções nas Cidades.**

Expositor: Alexsandro Cardoso Ferreira da Silva – SEMURB/PMN

**Tema 2: Capacidade e Formas de Gestão das Cidades.**

Expositora: Maria do Livramento Miranda Clementino – PPGCS/UFRN

A 3ª Conferência da Cidade do Natal contou, portanto, com uma composição total de 140 (cento e quarenta) delegados, assim distribuídos:

SEGMENTOS	Composição da representação de Natal em 2007	
Gestores, administradores públicos e legislativos	42,3%	59 delegados
Movimentos sociais e populares	26,7%	37 delegados
Trabalhadores representados pelas suas entidades sindicais	9,9%	14 delegados
Empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano	9,9%	14 delegados
Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais	7,0%	10 delegados
Organizações Não Governamentais – ONGs	4,2%	6 delegados
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>140 delegados</b>

## BALANÇO DA 2ª CONFERÊNCIA DA CIDADE DO NATAL/2003

***Elaboração e Sistematização:***

*Francisco Maximiano Bezerra*

*Glenda Dantas Ferreira*

*Juliano Varela de Oliveira*

### 1 - Introdução

A construção da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU teve seu passo inicial em 2003, na 1ª Conferência Nacional das Cidades, quando foram definidos os seus princípios e diretrizes pelos 2.510 delegados eleitos nas reuniões realizadas em todo o país. Durante 2004, o Conselho das Cidades debateu e aprovou as diretrizes para as principais políticas temáticas consideradas estruturantes do espaço urbano e de maior impacto na vida da população: habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana, trânsito, planejamento territorial urbano e questão fundiária.

A Conferência Nacional das Cidades deu novos passos em direção ao objetivo histórico da reforma urbana. Ao definir o seu temário em 2005 - “**Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**”, o Conselho das Cidades apontou como pauta temas que refletem os quatro maiores desafios para implantação da **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU)** no País, quais foram: Participação e Controle Social; Questão Federativa; Política Urbana Regional e Metropolitana; e Financiamento do Desenvolvimento Urbano.

A realização das Conferências das Cidades é amplamente reconhecida como um avanço da sociedade brasileira na busca por uma gestão democrática da política urbana, possibilitando o debate e a indicação de prioridades em todos os níveis da federação, envolvendo a participação de agentes públicos e sociais.

A atuação do Conselho das Cidades - com participantes de diferentes segmentos representativos do processo de conferências de todo o País com interesse no desenvolvimento urbano - também tem demonstrado, no plano federal, que é possível a construção de um espaço concreto de pactuação.

Nessa perspectiva, o Ministério das Cidades elaborou um texto base, o qual apresenta uma síntese dos temas abordados na 2ª Conferência das Cidades. O referido texto serviu de guia orientador para as discussões e elaboração de propostas dos grupos temáticos formados por representantes do poder público e da sociedade civil organizada. Cada grupo responsabilizou-se pela discussão de um dos quatro temas que se encontram resumidos a seguir.

## **Tema 1 - Participação e Controle Social**

Aprofundar e radicalizar a democracia brasileira tem sido, ao longo das últimas décadas, um desafio para governantes de todas as esferas institucionais e para atores sociais envolvidos na busca de um novo padrão de relação entre Estado e sociedade, com a finalidade de aperfeiçoar a gestão democrática das cidades.

Conquistada no bojo do processo de redemocratização do País, a Constituição Federal de 1988 afirma que a participação é um pressuposto básico para se construir uma sociedade livre, justa, sem desigualdades sociais e regionais, sem pobreza, sem preconceitos e sem discriminação. A regulamentação da Constituição veio posteriormente consagrar novos avanços democráticos.

No âmbito da política urbana, a sociedade conquistou o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/01), que dispõe de um capítulo sobre a Gestão Democrática e expressa no seu artigo 2º, inciso II, que a política urbana deve ser exercida com “gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”.

Do ponto de vista das políticas de desenvolvimento urbano, a gestão democrática das cidades pressupõe partilha de poder, respeito por diferenças de pensamento, acesso da população às informações, fortalecimento dos atores sociais.

Por parte dos governos, é necessário que o processo de participação leve em conta um amplo planejamento das políticas públicas, através do levantamento de necessidades imediatas e definição de prioridades de curto, médio e longo prazos. Cada espaço de participação deve, ainda, tratar do controle social da execução de ações e programas governamentais. Por outro lado, a qualidade de uma gestão democrática depende também da mobilização, capacitação e predisposição da população, características que devem ser demonstradas em ações concretas e contínuas. Os agentes sociais que participam dos debates sobre políticas públicas devem conhecer os limites legais de cada esfera do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, dos três entes federados e também os de sua própria organização.

## **Tema 2 - A Questão Federativa**

A Constituição Federal de 1988 talvez não tenha similar em outros países na sua distribuição de competências aos entes federados. A característica básica de uma federação está em cada um dos entes federados deter para si um feixe de competências e atribuições exclusivas e que não podem ser invadidas ou usurpadas pelos demais. No Brasil, as competências e as atribuições exclusivas foram reduzidas, ao passo que diversas competências que são comuns entre os órgãos executivos da União, estados, municípios e Distrito



Federal e competências que são concorrentes entre os órgãos legislativos da União e dos estados, se tornaram preceitos constitucionais.

Nessa estrutura complexa de competências e atribuições comuns, concorrentes e complementares entre entes federados, a cooperação e a coordenação intergovernamentais ganham uma importância fundamental, especialmente nas bacias hidrográficas, nas microrregiões pouco dinâmicas, nas aglomerações urbanas e nas regiões metropolitanas, onde os grandes problemas urbanos dependem de gestão compartilhada e cooperação administrativa.

### **Tema 3 – Política Urbana Regional e Metropolitana**

Entre 1950 e 2000, o grau de urbanização no Brasil subiu do patamar de 30% para 80%, caracterizado por uma forte diferenciação entre estados e regiões, entre cidades e no interior destas. Ao mesmo tempo houve um forte crescimento do tamanho das cidades e uma excessiva concentração em grandes aglomerados urbanos, principalmente no litoral do País e nas regiões Sul e Sudeste. Tal concentração populacional, sem o correspondente crescimento da oferta de infra-estrutura física, emprego e renda, leva a maioria da população a viver em condições precárias.

Em anos mais recentes, novas localizações das atividades econômicas têm influenciado e são influenciadas pelas cidades, contribuindo para o crescimento da rede de cidades brasileiras, sem, contudo, fazer diminuir significativamente a desigualdade regional. Repensar o desenvolvimento urbano e regional implica em elaborar um projeto de médio e longo prazos que tenha como meta uma ocupação menos desigual do território brasileiro e uma visão estratégica de relação com os países vizinhos.

### **Tema 4 – Financiamento do Desenvolvimento Urbano**

O financiamento do desenvolvimento urbano é uma condição para a continuidade do crescimento econômico do País, para geração de emprego e renda e para o enfrentamento das fortes desigualdades sociais e territoriais características da nossa sociedade.

Ao longo dos últimos anos, o financiamento do desenvolvimento urbano encontra duas ordens de constrangimentos: a pura e simples retração dos investimentos públicos diretos e a restrição da capacidade de endividamento dos estados e municípios.

O financiamento do desenvolvimento urbano, contudo, não é atribuição exclusiva da União. Estados e Distrito Federal também tem um papel importante na mobilização de recursos, principalmente para as áreas de habitação, saneamento ambiental e transporte e mobilidade urbana. Alguns estados têm uma política definida para estes setores, mas os investimentos não obedecem a um planejamento de médio prazo e, na maioria das

vezes, não participam de uma ação articulada com a União e com os municípios, o que poderia potencializar a utilização dos recursos.

A implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano depende, também, em grande parte, da capacidade de investimento e de recursos próprios dos municípios. Diante desta exigência, há que se reconhecer a forte dependência da maioria dos municípios dos recursos transferidos por estados e União, o que reflete diferenças regionais e de tamanho populacional entre os municípios.

O financiamento do desenvolvimento urbano deve contar ainda com a participação da iniciativa privada. Para isso, novas leis federais (como a que estabelece o Patrimônio de Afetação) garantem mais segurança para o mercado habitacional e aumentam o volume de recursos privados destinados para a classe média. O instituto da Parceria Público - Privada também viabiliza investimentos privados em infra-estrutura urbana.

Por fim, a 2ª Conferência Nacional das Cidades teve uma grande responsabilidade histórica, qual seja: definir, democraticamente, a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). Esta trata-se de um instrumento que deverá nortear as ações da administração pública, de forma coordenada e com efetiva participação popular, objetivando reduzir as desigualdades sociais e regionais, garantindo uma Cidade para Todos.

Tendo como lema REFORMA URBANA: CIDADE PARA TODOS, e como tema CONSTRUINDO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, a 2ª Conferência Nacional das Cidades foi precedida por conferências municipais/regionais que aconteceram de 20 de abril a 31 de julho de 2005 e conferências estaduais, que estão sendo realizadas desde 1º de agosto e se estenderão a 2 de outubro de 2005.

## **2 - Balanço da 2ª Conferência da Cidade do Natal**

A dinâmica democrática da cidade está gradativamente aprimorando-se, o que vem permitindo, de forma mais efetiva, que a administração pública e a sociedade civil organizada construam coletivamente os planos, programas e projetos, sendo um dos exemplos mais recente o Plano Plurianual Participativo elaborado na Cidade do Natal para o quadriênio 2006/2009.

O poder público esperou-se, a partir deste marco administrativo, que a sociedade civil demonstrasse, cada vez mais, o seu desejo e a sua capacidade de se tornar um agente ativo do desenvolvimento urbano e social, compartilhando com a administração pública e outros segmentos da busca pela melhoria da qualidade de vida da cidade.

A 2ª Conferência da Cidade do Natal foi realizada de 21 a 23 de julho, no Auditório da Universidade Potiguar – UNP, Campus Floriano, e tratou dos quatro temas considerados pelo Conselho das Cidades (ConCidades) com os grandes desafios para a implantação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

(PNDU) no país: Participação e Controle Social; Questão Federativa; Política Urbana Regional e Regiões Metropolitanas e Financiamento do Desenvolvimento Urbano, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Parece ser inegável que houve uma certa dificuldade na elaboração das propostas durante os trabalhos em grupos. Essa dificuldade foi resultado da extrema complexidade e subjetividade inerente aos quatro temas da 2ª Conferência da Cidade, os quais tinham uma natureza predominantemente teórico-analítica, diferente dos temas discutidos na 1ª Conferência. Obviamente que compatibilizar ações a serem executadas com as propostas apresentadas pelos grupos temáticos implicariam em mudanças no modelo de gestão pública e de financiamento do desenvolvimento urbano nos três níveis de governo.

A seguir, é apresentado à população da cidade do Natal e aos participantes da 3ª Conferência da Cidade um balanço das ações realizadas pelo poder público municipal, com base nas resoluções sistematizadas durante a 2ª Conferência. Tais resoluções foram produto das discussões realizadas nos grupos temáticos, e, posteriormente, foram encaminhadas à 2ª Conferência Estadual das Cidades.

PROPOSTAS	AÇÕES REALIZADAS
<b>GRUPO TEMÁTICO: PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL</b>	
<p>Para garantir que as decisões aprovadas nas Conferências sejam respeitadas, independentemente de governos, que sejam constituídos Conselhos Gestores de Políticas Públicas, como principal canal de comunicação e democratização da Política Nacional de Desenvolvimento, conformando um sistema de participação em torno das políticas urbanas nos municípios e no estado, garantindo a participação de todos os segmentos sociais e governamentais. E que o Conselho das Cidades seja deliberativo e aprovado na lei Orgânica dos municípios, garantindo assim o fortalecimento dos Conselhos já existentes, como também a sua estruturação de modo a favorecer uma maior participação.</p>	<p>A Prefeitura Municipal do Natal já tem regulamentado os seguintes Conselhos Gestores de políticas públicas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conselho Municipal de Saúde;</li> <li>2. Conselho Municipal de Educação;</li> <li>3. Conselho Municipal do Fundeb;</li> <li>4. Conselho Municipal da Criança e do Adolescente;</li> <li>5. Conselho Municipal de Assistência Social;</li> <li>6. Conselho Municipal do Idoso;</li> <li>7. Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência;</li> <li>8. Conselho Municipal da Mulher e das Minorias;</li> <li>9. Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social;</li> <li>10. Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente;</li> <li>11. Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia;</li> <li>12. Conselho Municipal de Saneamento Básico.</li> </ol> <p>O Conselho da Cidade do Natal já foi aprovado no Art. 95 da Lei Complementar 082, de 21 de junho de 2007 (Plano Diretor da Cidade do Natal), com caráter consultivo e deliberativo, tendo 120 dias para sua regulamentação pela Procuradoria Geral do Município, a contar do dia 23 de junho do corrente, data que o Plano foi sancionado pelo Prefeito.</p>
<p>Que os gestores públicos estabeleçam compromissos entre a sociedade civil e os diversos segmentos através de um processo contínuo de capacitação, educação política e socialização de informações, através de seminários, audiências públicas, fóruns e outros canais de participação, como o PPA, o Orçamento Participativo, o Plano Diretor Participativo e Agenda 21, levando em consideração, em todos esses espaços, a abertura para a participação de toda a população.</p>	<p>- O PPA 2006-2009 foi elaborado a partir de uma metodologia participativa em que o poder público municipal chamou a sociedade civil organizada para participar de seu processo de construção, tendo sido realizadas consultas públicas às entidades sociais e seminários de participação social.</p> <p>- O Orçamento Participativo vem, desde 2005, se consolidando como um importante instrumento garantidor da participação social na definição do ciclo orçamentário municipal (PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual) através de mobilização comunitária, audiências públicas, seminários e plenárias.</p> <p>- A elaboração do Plano Diretor da cidade do Natal contou com a participação de várias entidades da sociedade civil organizada num amplo processo de revisão, garantindo a democratização desse importante instrumento</p>

	de gestão da cidade.
Que os gestores públicos entendam que a idéia de participação e controle social enquanto um processo de democracia, associando a isso, democracia representativa com democracia participativa, bem como fortalecendo os movimentos sociais e as instituições frente ao contexto nacional.	O poder público já vem trabalhando no sentido de democratizar a gestão da cidade do Natal, a partir dos instrumentos, espaços e momentos de participação acima mencionados.
<b>GRUPO TEMÁTICO: QUESTÃO FEDERATIVA</b>	
Elaborar um Plano Metropolitano de Saúde, de forma participativa, que possibilite a pactuação integrada, compensação de recursos e que subsidie o Plano Diretor de Regionalização.	<p>No que tange a cidade do Natal, o Plano Municipal de Saúde já se encontra elaborado, tendo sua construção pautada numa discussão aberta com representantes da sociedade civil envolvidos direta e indiretamente com a questão da saúde pública no município. Quanto a uma política regionalizada para a Grande Natal, é importante frisar que esta discussão vem sendo travada no âmbito da elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável da RMN, sob a responsabilidade do Governo Estadual.</p> <p>O referido Plano propõe como diretriz a consolidação em toda Região Metropolitana do Programa Saúde da Família, aumentando o número de equipes e ampliando qualitativamente a sua área de atendimento; e a eliminação os déficits no que se refere aos serviços de saúde, em particular com relação ao número de hospitais e de leitos hospitalares na metrópole e o aumento da cobertura dos serviços da rede básica de saúde. Além disso, o Plano propõe o estímulo à formação de consórcios intermunicipais na área de saúde. Isto implica na superação, hoje observada, da atuação fragmentada e isolada do setor público nessas questões e requer a valorização do tratamento articulado e compartilhado das iniciativas das diferentes esferas governamentais — federal, estadual e municipal. O diagnóstico revela que tais serviços públicos já exigem abordagem em escala metropolitana, tendo em vista sua dinâmica recente e, sobretudo, o desejo de construir uma metrópole saudável.</p>
<b>GRUPO TEMÁTICO: POLÍTICA URBANA REGIONAL E METROPOLITANA</b>	
Estabelecimento de consórcios entre os municípios da Região Metropolitana de Natal, Estado e União, no sentido de elaborar e implementar sistemas integrados de saneamento ambiental, pavimentação e transporte coletivo, priorizando as áreas menos assistidas.	Existe um entendimento geral acerca da importância e da necessidade do estabelecimento de Consórcios Intermunicipais, todavia ainda não se conseguiu estabelecer na prática tal instrumento de desenvolvimento.
Elaboração de Pacto Político-Social entre os municípios da Região Metropolitana de Natal, com estruturação dos órgãos municipais responsáveis pela política de desenvolvimento urbano, bem como a criação de um Fórum permanente para discussão da gestão pública.	Esta discussão vem sendo travada no âmbito da elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável da RMN, sob a responsabilidade do Governo Estadual.
Elaboração de uma Política de Desenvolvimento Urbano Sustentável, com ênfase na melhoria da qualidade	Esta proposta vem sendo realizada no âmbito dos Projetos Integrados de Requalificação Urbana e Ambiental

de vida, incrementando equipamentos comunitários de cultura, esporte e lazer, como também, criando áreas verdes e de conservação e fazendo previsão da manutenção.	de Áreas Especiais de Interesse Social, tais como Passo da Pátria, África e Nossa Senhora da Apresentação.
<b>GRUPO TEMÁTICO: FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS URBANAS</b>	
Criação do Fundo (nacional, estadual e municipal) de Desenvolvimento Urbano através da captação de recursos oriundos do superávit primário, taxaço de grandes fortunas, royalties, ICMS, dívida do município e recursos próprios.	<p>Em Natal existe o Fundo de Urbanização – FURB, criado através da Lei Complementar nº 07 de 05 de agosto de 1994, sendo alterado pelo Art. 61 do atual Plano Diretor de Natal. Os recursos do FURB são destinados para despesas com urbanização de Áreas de Habitação de Interesse Social, infra-estrutura e desapropriação, bem como no fortalecimento do órgão de planejamento urbano. Os recursos são oriundos da Outorga Onerosa e 30% dos recursos provenientes do Licenciamento Urbanístico.</p> <p>A Lei Complementar nº 081 de 20 de junho de 2007 cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FUNHABIN.</p>
Habitação com saneamento e transporte urbano (infra-estrutura).	Esta proposta já vem sendo executada quando da implementação dos programas de requalificação urbana e ambiental do município, a exemplo do PAT PROSANEAR (África), HBB (África e Passo da Pátria) e Natal do Futuro (Nossa Senhora da Apresentação).
Organização e mobilização da sociedade civil organizada por meio de suas representações legais para articular, acompanhar, controlar e fiscalizar as ações dos três entes federados.	Esta proposta já vem sendo executada quando da implementação dos programas de requalificação urbana e ambiental do município, além de ser executada também no âmbito do Orçamento Participativo, contando com a formação de comissões responsáveis pela fiscalização das obras e ações do poder público.

## **PROGRAMAÇÃO DA 3ª CONFERÊNCIA DA CIDADE DO NATAL**

A 3ª Conferência da Cidade do Natal foi realizada de 09 a 10 no Auditório do Centro de Referência em Educação, e tratou dos temas e respectivos sub-temas, abaixo indicados:

**Tema 1: A Política de Desenvolvimento Urbano e as Intervenções nas Cidades.**

Sub-temas:

- *As Intervenções Urbanas e a Integração de Políticas;*
- *As Intervenções Urbanas e o Controle Social;*
- *As Intervenções Urbanas e os Recursos.*

**Tema 2: Capacidade e Formas de Gestão das Cidades.**

Sub-temas:

- *Capacidade Administrativa e de Planejamento e Estrutura Institucional*
- *Receitas Municipais e Ampliação de Receitas próprias*

A 3ª Conferência da Cidade do Natal contou com a seguinte programação:

### **DIA 09 DE AGOSTO DE 2007**

**17:30 – Início do credenciamento dos delegados e escolha por grupos temáticos**

**18:30 – Apresentação Cultural**

**19:00 – Composição da Mesa de Abertura**

**19:30 – Conferência de Abertura**

*“Avançando na Gestão Democrática das Cidades”*

---

Cid Blanco Júnior – Secretaria Nacional de Habitação / Ministério das Cidades

*“Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Gestão Participativa”*

Maria Virgínia Ferreira Lopes/Secretária da SEMPLA

**20:30 – Leitura de aprovação do Regulamento da 3ª Conferência da Cidade do Natal**

**21:00 – Encerramento**

**DIA 10 DE AGOSTO DE 2007**

**Das 7:30 às 8:30 – Confirmação de presença dos delegados**

**Das 8:30 às 9:30 – Credenciamento dos suplentes**

**8:30 – Composição da 1ª Mesa**

Apresentação do Balanço da 2ª Conferência da Cidade do Natal

– Maria Virgínia Ferreira Lopes/Secretária da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças – SEMPLA/PMN

**8:50 – Início das Exposições Temáticas:**

**1º Tema: A Política de Desenvolvimento Urbano e as Intervenções nas Cidades**

**9:00 - As Intervenções Urbanas e a Integração de Políticas**

Arquiteto Alexsandro Cardoso Ferreira da Silva – SEMURB/PMN

**9:30 - As Intervenções Urbanas e o Controle Social**

Gilka da Mata – Promotora do Meio Ambiente do RN

**10:00 – As Intervenções Urbanas e os Recursos**

Albert Josué Neto – GIDUR/Caixa Econômica Federal

**10:30 - INTERVALO PARA O LANCHE**

**10:50 - Continuação das Exposições Temáticas**



**2º Tema: Capacidade e Formas de Gestão das Cidades****11:00 – Capacidade Administrativa e de Planejamento e Estrutura Institucional**

Prof. Dr. Antônio Sérgio de Araújo Fernandes – UFRN

**11:30 – Receitas Municipais e Ampliação de Receitas próprias**

Maria Gorete de Araújo Cavalcanti – Secretária Municipal de Tributação – SEMUT/PMNS

**12:00 – Almoço****13:30 – Formação dos Grupos de Discussões sobre as Temáticas****16:00 – INTERVALO PARA LANCHE****16:30 – Plenária para exposição dos trabalhos dos grupos de discussão temática****17:30 – Divisão dos segmentos para eleição dos 40 delegados para a 3ª Conferência Estadual das Cidades**

<b>SEGMENTOS</b>	<b>Composição da representação de Natal em 2007</b>		<b>COORDENADORES</b>	<b>DEFINIÇÃO DOS LOCAIS</b>
Gestores, administradores públicos e legislativos	42,3%	17 delegados		<b><u>AUDITÓRIO</u></b>
Movimentos sociais e populares Região Norte Região Sul Região Leste Região Oeste	26,7%	03 delegados 02 delegados 02 delegados 03 delegados	Fátima – SEMPLA Sirlia – SEMPLA Pedro – ARSBAN Haroldo - SEMPLA	<b><u>SALA 1 – NANDO CORDEL</u></b> <b><u>SALA 2 – PIERRE WEIL</u></b> <b><u>SALA 3 – HERBERT DE SOUZA</u></b> <b><u>SALA 4 – MAHATMA GANDI</u></b>
Trabalhadores representados pelas suas entidades sindicais	9,9%	04 delegados	Mozart - SEMPLA	<b><u>SALA 5 – MARTIN LUTHER KING</u></b>
Empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano	9,9%	04 delegados	Jonaldo - SAMPLA	<b><u>SALA 6 – PADRE JOÃO MARIA</u></b>
Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais	7,0%	03 delegados	Maira – SEMPLA	<b><u>SALA 6 – PADRE JOÃO MARIA</u></b>
Organizações Não Governamentais – ONGs	4,2%	02 delegados	Irani - SEMPLA	<b><u>SALA 6 – PADRE JOÃO MARIA</u></b>
<b>TOTAL:</b>	<b>100%</b>	<b>40 delegados</b>		

**18:00 – Apresentação dos relatórios das eleições dos 40 delegados por segmento.**

## **DISCUSSÕES REALIZADAS NOS GRUPOS TEMÁTICOS**

Estas discussões tiveram o intuito de subsidiar a formulação das propostas de ações a serem encaminhadas à 3ª Conferência Estadual das Cidades e partiram dos cinco sub-temas abordados na Conferência:

### **- As Intervenções Urbanas e a Integração de Políticas**

Facilitação: Alessandro Cardoso – SEMURB/PMN

Secretaria: Juliano Varela – SEMPLA/PMN

Coordenador: Jorge Santos

Relator: Flaviane de Oliveira – SEMURB/PMN

#### **1. Propostas elencadas pelo grupo**

1. Organização e realização de uma Conferência das Cidades da Grande Natal;
2. Na elaboração das Políticas Públicas deve haver a participação de todos os órgãos, para garantir a integração: funcionalidade dos instrumentos do Plano Diretor de Natal e Câmara Temática para discutir a integração;
3. Divulgar momentos e espaços, como a Conferência da Cidade, com maior fôlego em todas as comunidades da cidade, visando uma Conferência realmente participativa e não representativa;
4. Destinar os imóveis fechados para moradias populares;
5. Fazer um levantamento aprofundado e detalhado dos imóveis e terrenos vazios existentes na cidade;
6. Criação de uma Política Nacional Fundiária articulada ao Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, com ampla participação social;
7. Viabilizar a articulação das secretarias através do SIG;
8. Identificar e discutir as questões comuns entre os municípios da Grande Natal e levá-las à III Conferência Estadual das Cidades do RN;
9. Criação de uma Agência Reguladora de Saneamento Básico entre os municípios da RMN atendidos pela CAERN, para que se fomente nas cidades metropolitanas a criação de associações de saneamento ambiental;
10. Criação de um Comitê Gestor de Ação Integrada entre todas as secretarias municipais e Grande Natal;
11. Democratização do acesso ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) pelos grupos e organizações sociais ligados ao movimento de moradias;

12. Desburocratização dos procedimentos ligados à Política de Habitação de Interesse Social pela Caixa Econômica Federal;
13. Estruturar e fortalecer o órgão municipal de planejamento (SEMPA) para desenvolver a sua atribuição de articulação das políticas setoriais;
14. Integrar a Política Ambiental à Política de Habitação de Interesse Social, integrando a Agenda 21 à Agenda Habitat;
15. Criação de um Grupo de Trabalho para estudo e elaboração do Plano de Saneamento Básico de Natal articulado com os demais municípios da Grande Natal;
16. Implementar um Consórcio Público entre os municípios da Grande Natal no setor de saneamento básico com regulação dos serviços prestados;
17. Criação de um Conselho Metropolitano da Cidade, órgão deliberativo e consultivo integrante do Sistema de Desenvolvimento Urbano, tendo por finalidade a fiscalização, assessoramento, estudo para propor e aprovar diretrizes para o desenvolvimento urbano e regional com participação social e integração das políticas fundiária, de planejamento territorial e de habitação, saneamento ambiental, trânsito, transporte e mobilidade urbana e rural e políticas de caráter ambiental;
18. Criação de uma Comissão dos Movimentos Populares para acompanhamento e fiscalização desse Conselho Metropolitano da Cidade;
19. Evitar a superposição de datas das Conferências;
20. Que o valor da outorga onerosa seja investido em habitação, sendo gerenciado pelo Conselho da Cidade;
21. Desenvolver políticas de fomento das atividades produtivas na área de horticultura e fruticultura presentes na RMN, visando a implementação de práticas agroecológicas e em consonância com a política de segurança alimentar;
22. O poder público deve informar melhor às comunidades sobre a realização das Conferências;
23. Criação de um Plano Diretor para a RMN que contenha diretrizes básicas e eixos norteadores;
24. Que a elaboração e implantação de empreendimentos, sobretudo os de grande impacto, tratem necessariamente da habitação de interesse social existente em sua área de influência;
25. Elaboração de um termo jurídico que condicione a implantação de grandes empreendimentos;
26. Pensar uma política de transporte, baseada em transporte de massa (trem ou metrô), com a otimização da malha viária;
27. Melhorar a malha viária da zona norte da cidade, uma vez que esta é a região administrativa mais deficiente.

## **2. Propostas a serem encaminhadas para a Conferência Estadual**

- 1) Criação de uma Política Fundiária articulada à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, com ampla participação social;
- 2) Implementar um Consórcio Público entre os municípios da RMN no setor de saneamento básico com regulação dos serviços prestados;

## **- As Intervenções Urbanas e o Controle Social**

Facilitação: Carlos Teodósio – SEMPLA/PMN

Secretaria: Rogério Roque – SEMPLA/PMN

Coordenador: Wellington Bastos

Relator: Jane Barbosa

### **1. Propostas elencadas pelo grupo**

1. Criação de uma comissão formada pela sociedade civil para analisar a regulamentação do Conselho Municipal da Cidade;
2. Assegurar a participação popular no processo de regulamentação das ZPAs ainda não regulamentadas;
3. Criação de fóruns de discussão com objetivo de formar massa crítica para o exercício do controle social;
4. Criação do Conselho Municipal da juventude, valorizando a participação, organização e formação dos jovens;
5. Criação de uma “Câmara de Participação Popular”;
6. Disponibilização de cursos sobre orçamento público destinado aos conselheiros municipais da sociedade civil;
7. Criação de um Plano Diretor de Transportes;
8. Assegurar aos delegados (as) o Relatório da 3ª Conferência.
9. Assegurar que a próxima Conferência Municipal das Cidades tenha duração de dois dias ampliando o tempo de discussão dos grupos temáticos.
10. Garantir a imunidade sem perdas de direitos e vantagens de servidores públicos da Cidade do Natal, quando no exercício da função de conselheiro (controle social);
11. Garantir a visibilidade e divulgação máxima dos trabalhos dos Conselhos Municipais.
12. Garantir a realização de seminários com o objetivo de discutir e divulgar o Estatuto das Cidades.

### **2. Propostas a serem encaminhadas para a Conferência Estadual**

1. Implantação de um sistema estadual de desenvolvimento urbano, visando à integração das cidades com o estado e criação do Conselho Estadual das Cidades;
2. Criação de conselhos no âmbito da Região Metropolitana de Natal.

## **- As Intervenções Urbanas e os Recursos**

Facilitação: Luiz Wilson Villar Ramalho Cavalcanti – SEMPLA/PMN

Secretaria: Jucilene de Souza – SEMPLA/PMN

Coordenador: Paulo Junior da Silva

Relator: Paulo César Santos de Oliveira

## **1. Propostas elencadas pelo grupo**

1. Garantir o funcionamento dos conselhos municipais de políticas públicas e sociais previstas no atual plano diretor, através de um acompanhamento efetivo de suas ações, priorizando a construção de moradias populares para diminuir o déficit habitacional da cidade do Natal a partir dos instrumentos legais e de uma política de integração da infra-estrutura, meio ambiente e assistência social, atendendo às demandas dos movimentos populares organizados.
2. Garantir que a aplicação de recursos públicos, em programas e projetos sociais e urbanísticos, tenha continuidade independente de governo. Captação e desburocratização dos recursos pelos atuais agentes financeiros, para atender as necessidades reais da população identificadas nos fóruns populares, proporcionando uma participação mais abrangente da sociedade, além da ampliação do percentual dos recursos para investimento destinados ao Orçamento Participativo.

## **2. Propostas a serem encaminhadas para a Conferência Estadual**

1. Garantir o funcionamento dos conselhos municipais de políticas públicas e sociais previstas no atual plano diretor, através de um acompanhamento efetivo de suas ações, priorizando a construção de moradias populares para diminuir o déficit habitacional da cidade do Natal a partir dos instrumentos legais e de uma política de integração da infra-estrutura, meio ambiente e assistência social, atendendo às demandas dos movimentos populares organizados.
2. Garantir que a aplicação de recursos públicos, em programas e projetos sociais e urbanísticos, tenha continuidade independente de governo. Captação e desburocratização dos recursos pelos atuais agentes financeiros, para atender as necessidades reais da população identificadas nos fóruns populares, proporcionando uma participação mais abrangente da sociedade, além da ampliação do percentual dos recursos para investimento destinados ao Orçamento Participativo.

### **- Capacidade Administrativa e de Planejamento e Estrutura Institucional**

Facilitação: Glenda Dantas – SEMPLA/PMN

Secretaria: Max Bezerra – SEMPLA/PMN

Coordenador: Marcus Demetrios

Relator: Maria Divaneide Basílio – Visão Mundial

## **1. Propostas elencadas pelo grupo**

1. Otimizar o funcionamento dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas através da capacitação dos conselheiros e da melhoria dos canais de comunicação entre gestores, conselheiros e usuários, garantindo a paridade.
2. Ampliar a composição do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de Natal - CDMN, conferindo, posteriormente, aos representantes da sociedade civil organizada o poder de deliberação.

3. Criar a Câmara Técnica de Compensação Ambiental do Município do Natal e garantir que os projetos relativos à obras de relevante impacto ambiental em Natal sejam analisadas e aprovadas pela referida Câmara.
4. Estabelecer mecanismos institucionais que possibilitem o planejamento, a execução e o acompanhamento dos Planos Municipais de Desenvolvimento de forma integrada e compartilhada, inclusive garantindo a continuidade de projetos/programas/planos iniciados em gestões anteriores.
5. Criação do Conselho Municipal da Juventude, conforme sugere o Plano Nacional da Juventude, Lei 4.530/2004.

## **2. Propostas a serem encaminhadas para a Conferência Estadual**

1. Regulamentar e implementar o Conselho das Cidades conforme a legislação vigente.
2. Garantir a participação da sociedade civil organizada no modelo de gestão metropolitana.

### **- Receitas Municipais e Ampliação de Receitas Próprias**

Facilitação: Rembrandt Coura Vasconcelos – SEMUT/PMN

Secretaria: Geovânia Carla – SEHARPE/PMN

Coordenador: Caio Marcelo dos Anjos Veras

Relator: Ailza Lacerda de Brito

## **1. Propostas elencadas pelo grupo**

- 1 - Atualização da Planta de Valores aliada à criação de uma Política Tributária que busque a justiça fiscal;
- 2 - Atualização cadastral ampla dos imóveis do Município;
- 3 - Criação de um Programa de Educação Fiscal com atuação direta nas comunidades;
- 4 - Criação de uma Política de Regularização Fundiária com incentivo fiscal;
- 5 - Realização de estudos para tributar as empresas concessionárias prestadoras de serviço quanto ao uso do subsolo e da parte aérea do Município.

## **2. Propostas a serem encaminhadas para a Conferência Estadual**

- 1 - Atualização da Planta de Valores aliada à criação de uma Política Tributária que busque a justiça fiscal;
- 2 - Criação de um Programa de Educação Fiscal com atuação direta nas comunidades;

## MOÇÕES

### MOÇÃO 01

#### NOTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM APOIO A OPERAÇÃO IMPACTO.

*Calo-me, espero, decifro...  
As coisas talvez melhorem  
São tão fortes as coisas  
Mas eu não sou as coisas e me revolto!*  
(Carlos Drummond de Andrade)

Nós, entidades e movimentos abaixo assinados, manifestamos publicamente nosso apoio à OPERAÇÃO IMPACTO realizada pelo Ministério Público, Polícias Federal e Civil do Rio Grande do Norte, que investiga o recebimento de propina por parte de alguns vereadores durante a votação do Plano Diretor de Natal.

Acreditamos que, a partir de agora, o debate público sobre as emendas ao Plano Diretor de Natal assume uma perspectiva coerente, tecnicamente pautada pela preservação da qualidade de vida na cidade e que esteve fortemente ameaçada por interesses particulares e escusos. O cenário que cercou a votação do Plano Diretor na Câmara Municipal foi marcado por informações, nos principais jornais da cidade, que insinuavam a existência de uma "bancada do concreto"; pela arrogância de alguns vereadores e pelo silêncio inexplicável de outros durante o debate; pela tentativa de barrar a presença dos movimentos sociais e entidades da sociedade civil organizada na Casa do Povo; pela tentativa de desqualificar o Ministério Público, a UFRN e demais instituições que argumentavam tecnicamente a favor dos vetos; pela indignação da sociedade, expressa na batucada do Movimento Passe Livre, no apitão dos jovens do DCE/UFRN, na valentia do Movimento de Luta de Bairros e Favelas e de mulheres, no choro de integrantes de organizações não-governamentais presentes na Câmara durante a votação. Atitudes estas que expressaram a indignação de uma cidade inconformada com os desmandos da Câmara, vendo seus destinos decididos por 14 pessoas que traíram o seu voto.

Avaliamos que por trás da intransigente e truculenta posição de alguns vereadores existe um forte esquema em defesa dos interesses dos empresários da construção civil, que não têm demonstrado compromisso com o bem-estar da população da cidade do Natal. Segmento este com forte expressão na economia do Estado e que desde o início das discussões vem efetuando *lobby* na elaboração do Plano Diretor de Natal, em busca de maiores lucros, quando se trata de garantir o direito coletivo ao uso da cidade e não o interesse de grupos econômicos privados.

Em vista disso, exigimos:

- A continuidade das investigações para apuração da origem dos recursos pagos aos vereadores;
- A anulação da votação dos vetos do Prefeito ao Plano Diretor de Natal;
- A cassação dos mandatos dos vereadores comprovadamente envolvidos nas denúncias feitas pelo Ministério Público.

Assinam:

1. ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS
2. ASSOCIAÇÃO DE JUVENTUDES CONSTRUINDO SONHOS
3. CANTO JOVEM
4. CENTRO ACADÊMICO DE ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO / UFRN
5. CENTRO PASTORAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE MÃE LUÍZA
6. COLETIVO LEILA DINIZ
7. CENTRAL DOS MOVIMENTOS POPULARES
8. CLUBE DE MÃES NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES
9. CONSELHO COMUNITÁRIO DE PONTA NEGRA
10. DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UFRN
11. FÓRUM DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
12. FÓRUM DE MULHERES DO RIO GRANDE NORTE
13. FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA
14. MOVIMENTO PASSE LIVRE
15. MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIRROS, VILAS E FAVELAS
16. NOVAMENTE
17. POSSE DE HIP-HOP LELO MELODIA
18. REDE DE EDUCADORES POPULARES DO NORDESTE / NÚCLEO RN]
19. REDE DE JOVENS DO NORDESTE / NÚCLEO RN
20. SINDICATO DOS TRANSPORTE OPCIONAIS E ALTERNATIVOS DO RN
21. SOS MANGUE
22. SOS PONTA NEGRA
23. UNIÃO DE JUVENTUDE REBELIÃO
24. UNIÃO DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS POTIGUARES
25. VISÃO MUNDIAL / PDA CAMINHOS DO SOL
26. ZUZU ANGEL

**Reunião do Fórum Natal Cidade Sustentável**

**Todas as segundas na sede do Coletivo Leila Diniz – Rua Apodi, 423 – Tirol**



## MOÇÃO 02

### MOÇÃO DE APOIO À OPERAÇÃO IMPACTO

Natal, 10 de agosto de 2007

Os delegados e delegadas da 3ª Conferência da Cidade de Natal apresentam moção de apoio à **Operação Impacto** realizada pelo Ministério Público, Polícias Federal e Civil do Rio Grande do Norte, que investiga o recebimento de propina por parte de alguns vereadores no processo de revisão do Plano diretor de Natal (lei 07/94) e exigem:

- A continuidade das investigações para apuração da origem dos recursos pagos aos vereadores;
- A anulação da votação dos vetos do Prefeito ao Plano Diretor de Natal;
- A cassação dos mandatos dos vereadores comprovadamente envolvidos nas denúncias feitas pelo Ministério Público.

NOME	ENTIDADE
1- William Carlos Barbo	CONS. COM. LACOA NOVA I
2- Ivaneide Henrique B. Damasceno	Unidade Saúde Quintas
3- PASCAL MACHADO	FE E ALEGRIA
4- Francineia Paula de Sousa	conselho comunitário morajá
5- Regina Celi Tassin de Albuquerque	clube de mães
6- Terezinha de Jesus Godeiro Carlos	CRESS/RN
7- Adriana Dias dos Santos	CRESS RN
8- Maria do Socorro Gouveia	G.C.T.O.I - RN
9- José Antônio	PMOR
10- Ircanias Apolônio da Silva	CUT - RN
11- José Luiz	CORECON - RN
12- Paulo de Torro Bordura Antas	FORAM/RN
13- Valdeci Pereira Gomes	ASS. DOS MORADORES N. 5 DO FE
14- Odete Feliciano da Silva	Economia Solidária
15- Elvira Leal Feste	SM S
16- José Carlos dos Santos Melo (Pedrinho)	SI TOPAR
17-	
18-	
19-	
20-	

## MOÇÃO DE APOIO À OPERAÇÃO IMPACTO

Natal, 10 de agosto de 2007

Os delegados e delegadas da 3ª Conferência da Cidade de Natal apresentam moção de apoio à **Operação Impacto** realizada pelo Ministério Público, Polícias Federal e Civil do Rio Grande do Norte, que investiga o recebimento de propina por parte de alguns vereadores no processo de revisão do Plano diretor de Natal (lei 07/94) e exigem:

- A continuidade das investigações para apuração da origem dos recursos pagos aos vereadores;
- A anulação da votação dos vetos do Prefeito ao Plano Diretor de Natal;
- A cassação dos mandatos dos vereadores comprovadamente envolvidos nas denúncias feitas pelo Ministério Público.

NOME	ENTIDADE
1- <i>Thaule Macêdo Peres</i>	
2- <i>José Humberto da Silva</i>	
3- <i>Francisco Gomes de Lima</i>	<i>Assoc. Tut. Natal / Leste</i>
4- <i>Fiamma Maria Lãmara de Medeiros</i>	<i>Associação Rocas, S. Reis e P. Meio</i>
5- <i>Flaviane de O. Silva</i>	<i>SEMOPB</i>
6- <i>Rosângela de Carvalho Teixeira</i>	<i>SEMTAS</i>
7- <i>me Luciene de Souza Pessoa</i>	<i>CONSELHO COMUNITÁRIO LAGOA NOVA</i>
8- <i>Plácido Rosal G. Neto</i>	<i>SEMOV</i>
9- <i>M. Luciano Gomes da Silva</i>	<i>CMF.</i>
10- <i>Emmanuel</i>	<i>CCBQ</i>
11- <i>Nilza Francisca de Jesus</i>	<i>SITOPAREN</i>
12- <i>Ida Aparecida de Araújo</i>	<i>Grêmio Político de Rec. Educ. e Social</i>
13- <i>Francisco Fernando Araújo</i>	<i>SINTRO/RN</i>
14- <i>Romualdo Nascimento Souza</i>	<i>SINTRO/RN</i>
15- <i>SELEDOR DAS REDES</i>	<i>SME/PUN</i>
16- <i>Isidore Freire de Jesus</i>	<i>Assoc. Zuzu Angel</i>
17- <i>ENANOR ALIOLANZO</i>	<i>Escola WILSON WANDERLEY</i>
18- <i>Wagner Mendes Silva</i>	<i>IPB.</i>
19- <i>Alia M. da Conceição</i>	<i>Clube de Mães N. S. Fátima</i>
20- <i>*RANESCO DA ROCHA B. JUNIOR</i>	<i>STTV.</i>

### MOÇÃO DE APOIO AO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Natal,

Nós, delegados(as) presentes à 3ª Conferência da Cidade do Natal, entendemos que o Orçamento Participativo do Município do Natal constitui-se num importante espaço de democratização da gestão pública da cidade e reconhecemos o esforço da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças Municipal e Finanças – SEMPLA para a implementação deste. Contudo, observamos que esse esforço não ocorre de forma integrada nos demais órgãos da Administração, o que dificulta imensamente a implementação do processo e execução de seus resultados. Assim, exigimos maior empenho de toda a Administração Municipal no fortalecimento do Orçamento Participativo.

3ª Conferência da Cidade do Natal, em 10 de agosto de 2007.

	DELEGADO(A)
1.	Paulo de Torno Bandeira Antas - SETAM/RN
2.	Regina Pinheiro - ASSOCIAÇÃO ILÉAS
3.	Raimundo Santos da Silva
4.	Roberto Neto
5.	Williams Lando Baril
6.	Iranilde Henrique B. Damasceno
7.	PASCAI MACHADO - FC E ALEGRIA
8.	Francisco Paula de Sousa
9.	Regina Celi Xavier de Albuquerque - Clube de Natação
10.	Terapêutica de Jesus G. Carlos - CRESS-RN
11.	<del>Marcos Antonio de Sousa - Grupo de Dança</del>
12.	Elvina Vi de Freitas SMS
13.	Miessa C. Dutra Bezerra - SEHARPE
14.	Constance Barbosa da Silva - SEHARPE
15.	João M. Napoleão de Medeiros - CONS. COM. CID. ESPERANÇA
16.	João Afonso Gabote da Silva - Ass. Moradores da Redinha
17.	Jane Roberta de Assis Barbosa - ARSBAN
18.	Carlos W. Teodoro
19.	Wellington Bernardo - CMP
20.	Frederico Américo da Silva - CUT/RN
21.	Helena Virginia F. Jesus - SEMPLA
22.	
23.	
24.	

25. Rafael Pereira (SPORM) convidada

### MOÇÃO DE APOIO À OPERAÇÃO IMPACTO

Natal, 10 de agosto de 2007

Os delegados e delegadas da 3ª Conferência da Cidade de Natal apresentam moção de apoio à **Operação Impacto** realizada pelo Ministério Público, Polícias Federal e Civil do Rio Grande do Norte, que investiga o recebimento de propina por parte de alguns vereadores no processo de revisão do Plano diretor de Natal (lei 07/94) e exigem:

- A continuidade das investigações para apuração da origem dos recursos pagos aos vereadores;
- A anulação da votação dos vetos do Prefeito ao Plano Diretor de Natal;
- A cassação dos mandatos dos vereadores comprovadamente envolvidos nas denúncias feitas pelo Ministério Público.

NOME	ENTIDADE
1- <i>Rogério Pinheiro</i>	<i>ASSOCIAÇÃO ILUSTR</i>
2- <i>Valdeci Pereira Cunha</i>	<i>ASSOCIAÇÃO N. DA FÉ</i>
3- <i>Odete Feliciano da Silva</i>	<i>Economia Solidária</i>
4- <i>RAMIRO DANILAS DA SILVA</i>	<i>Seniortextel</i>
5- <i>Wellington Bernardo</i>	<i>EMP.</i>
6-	
7-	
8-	
9-	
10-	
11-	
12-	
13-	
14-	
15-	
16-	
17-	
18-	
19-	
20-	

**MOÇÃO DE APOIO À OPERAÇÃO IMPACTO**

Natal, 10 de agosto de 2007

Os delegados e delegadas da 3ª Conferência da Cidade de Natal apresentam moção de apoio à **Operação Impacto** realizada pelo Ministério Público, Polícia Federal e Civil do Rio Grande do Norte, que investiga o recebimento de propina por parte de alguns vereadores no processo de revisão do Plano diretor de Natal (lei 07/94) e exigem:

- A continuidade das investigações para apuração da origem dos recursos pagos aos vereadores;
- A anulação da votação dos vetos do Prefeito ao Plano Diretor de Natal;
- A cassação dos mandatos dos vereadores comprovadamente envolvidos nas denúncias feitas pelo Ministério Público.

NOME	ENTIDADE
1- <i>Franco R. R.</i>	CEBBQ
2- <i>Duke Bonta</i>	UFRN
3-	
4-	
5-	
6-	
7-	
8-	
9-	
10-	
11-	
12-	
13-	
14-	
15-	
16-	
17-	
18-	
19-	
20-	

**MOÇÃO DE APOIO À OPERAÇÃO IMPACTO**

Natal, 10 de agosto de 2007

Os delegados e delegadas da 3ª Conferência da Cidade de Natal apresentam moção de apoio à **Operação Impacto** realizada pelo Ministério Público, Polícias Federal e Civil do Rio Grande do Norte, que investiga o recebimento de propina por parte de alguns vereadores no processo de revisão do Plano diretor de Natal (lei 07/94) e exigem:

- A continuidade das investigações para apuração da origem dos recursos pagos aos vereadores;
- A anulação da votação dos vetos do Prefeito ao Plano Diretor de Natal;
- A cassação dos mandatos dos vereadores comprovadamente envolvidos nas denúncias feitas pelo Ministério Público.

NOME	ENTIDADE
1- Maria Francisca Gomes da Silva	Núcleo do Vilar do Planalto
2- Maria Zézeide Basilio	Visão Mundial
3- Jean Carlos Campos	BARANÇO DO NORO
4- José B. Galvão	A. A. do P. P. A. A.
5-	
6-	
7-	
8-	
9-	
10-	
11-	
12-	
13-	
14-	
15-	
16-	
17-	
18-	
19-	
20-	

4

## MOÇÃO DE APOIO À OPERAÇÃO IMPACTO

Natal, 10 de agosto de 2007

Os delegados e delegadas da 3ª Conferência da Cidade de Natal apresentam moção de apoio à **Operação Impacto** realizada pelo Ministério Público, Polícias Federal e Civil do Rio Grande do Norte, que investiga o recebimento de propina por parte de alguns vereadores no processo de revisão do Plano diretor de Natal (lei 07/94) e exigem:

- A continuidade das investigações para apuração da origem dos recursos pagos aos vereadores;
- A anulação da votação dos vetos do Prefeito ao Plano Diretor de Natal;
- A cassação dos mandatos dos vereadores comprovadamente envolvidos nas denúncias feitas pelo Ministério Público.

NOME	ENTIDADE
1- <i>Kelcyane Duzem</i>	Mov. PWS - PITIMON
2- <i>Francisco de Assis Poo</i>	CONS. COM. B. QUINTAS
3- <i>Leandro</i>	JSB / PSB
4- <i>João Deyson - PPS</i>	A.A. do PMA
5- <i>Francisco de Assis</i>	<i>Secretaria</i>
6- <i>Amilcar A. da Paço</i>	SYE
7- <i>João Baptista de Paço</i>	GRES BARRAGEM DO MORRO
8- <i>Maria Divaneide Barrios</i>	União Mundial
9- <i>Maria Francisca Gomes de Sá</i>	Micho das Vilas de Planalto
10- <i>FÁTIMA RAMOS CHAGAS</i>	ASS. MORADORES NOVA-DESCOBERTA
11- <i>Carla Tatiane A. dos Santos</i>	Sindicato dos Trabalhadores do Comércio
12-	
13-	
14-	
15-	
16-	
17-	
18-	
19-	
20-	

**MOÇÃO DE APOIO À OPERAÇÃO IMPACTO**

Natal, 10 de agosto de 2007

Os delegados e delegadas da 3ª Conferência da Cidade de Natal apresentam moção de apoio à **Operação Impacto** realizada pelo Ministério Público, Polícias Federal e Civil do Rio Grande do Norte, que investiga o recebimento de propina por parte de alguns vereadores no processo de revisão do Plano diretor de Natal (Lei 07/94) e exigem:

- A continuidade das investigações para apuração da origem dos recursos pagos aos vereadores;
- A anulação da votação dos vetos do Prefeito ao Plano Diretor de Natal;
- A cassação dos mandatos dos vereadores comprovadamente envolvidos nas denúncias feitas pelo Ministério Público.

NOME	ENTIDADE
1- <i>Manoel Bezerra Dent</i>	<i>SINSEMAT</i>
2- <i>José Salgueiro</i>	
3- <i>Frederico S. Silva</i>	<i>SEMPRA</i>
4- <i>Jussara Keila B. do Nascimento</i>	<i>CEDECA Casa Renascer</i>
5- <i>José Roberto Baracho</i>	<i>SINTECT-RN</i>
6- <i>Antonio Miguel Loure Junior</i>	<i>COMORB</i>
7- <i>Alcides M. M. de Barros</i>	<i>Conselho Comunitário</i>
8- <i>MEGAREDEIR-S</i>	<i>ANAP/RN</i>
9- <i>Roberto Santos de Oliveira</i>	<i>CONF. N. R. S. de membros</i>
10- <i>Chelma Amida de Souza Maciel</i>	<i>CONAM-CAERN</i>
11-	
12-	
13-	
14-	
15-	
16-	
17-	
18-	
19-	
20-	



## MOÇÃO 03

## MOÇÃO DE APOIO

A III CONFERÊNCIA DA CIDADE DE NATAL, APROVA UMA MOÇÃO DE APOIO PELO RETORNO IMEDIATO DA CONSELHEIRA DO CMS SÔNIA, SOARES, REPRESENTANTE DA CUT-RN, PARA A VIGILÂNCIA SANITÁRIA DA SMS DE NATAL, EM VIRTUDE DA MESMA TER SIDO AFASTADA POR TER FEITO AÇÕES DE CONTROLE SOCIAL, NAS UNIDADES DE SAÚDE DO DISTRITO SANITÁRIO SUL.

- Ipeanias Amorim da Silva - CUT/RN
- Paulo de Tarso Bandeira Antas - FEYAM/RN
- Regina Coeli Xavier de Albuquerque - Clube de Mães
- Francisca Paula de Sousa
- PASCAL MACHADO - FE E ALEGRIA
- Berimão, Nogueira, Paulo - Fe e Alegria
- William Camilo Barck
- José Afonso de Sá - AMOR
- Maria do Socorro Javates - C.C.T.F. - RN
- José Roberto Baracho - S. Ant. - RN
- Paulo Cesar Santos - OLIVIA - COMAT
- Baylan Gonzaga da Silva
- Wellington Bernardes - CMP
- Sandra Maria Honório
- Francisco Alípio de Almeida
- Bonifácio Freire de Jesus - ASS. Zigue Angel
- Edineuza Gomes dos Santos - SINSEMAT
- João D. S. - JSB / SAPE
- Mangel Romelto de Aguiar / SINSEMAT
- João ~~de~~ ~~Aguiar~~ - CACN
- Antonio Nazari Sam Lima - COMOBÉ
- Ailza Lacerda de Brito - SINSEMAT

## MOÇÃO DE APOIO

A III CONFERÊNCIA DA CIDADE DE NATAL, APROVA UMA MOÇÃO DE APOIO PELO RETORNO IMEDIATO DA CONSELHEIRA DO CMS SÔNIA, SOARES, REPRESENTANTE DA CUT-RN, PARA A VIGILÂNCIA SANITÁRIA DA SMS DE NATAL, EM VIRTUDE DA MESMA TER SIDO AFASTADA POR TER FEITO AÇÕES DE CONTROLE SOCIAL, NAS UNIDADES DE SAÚDE DO DISTRITO SANITÁRIO SUL.

- Regina Pulcin - Associação + UERB. 6
- Emanuel Delfante
- José Celso dos Santos Neto (Petrópolis) SITOPARN
- João H. Napoleão
- Carla Tatiane A. dos Santos SINTECT-RN
- Antônio Lucas Jr. - SINTEXTIL
- Flávia Juliana Felix dos Santos (UJR)
- Maria Luíza Gomes da Silva (EMP)
- Janderson Pereira de Andrade (UJR)
- Maria do Nascimento (MLB-Mãe Luiza)
- Romuêdo Nascimento Souza (SINTAS/RN)
- Ramiro Santos da Silva SINTEXTIL
- José Bezerra Jr. 31 643 AA-DO PARANÁ

## MOÇÃO 04

### MOÇÃO

Excelentíssima Senhora Governadora do Estado do Rio Grande do Norte  
Dra. Wilma Maria de Faria

Nós, delegados e delegadas da 3ª Conferência da Cidade de Natal, perplexos com a gravidade do "desastre ambiental" recentemente ocorrido no Rio Potengi, e indignados com a forma como o IDEMA vem tratando as questões sócio-ambientais em nosso estado, ora com omissão, ora com superficialidade, solicitamos a Vossa Excelência as providências imediatas no sentido da abertura de processo administrativo transparente, visando a apuração de responsabilidades dos gestores daquela importante instituição pública, que deveria defender os interesses públicos na área do meio ambiente, pois entendemos que a sua atuação, nesse caso, e em outros (p. ex.: Licenciamento do Loteamento Buena Vista), não atende aos anseios dos cidadãos e das cidadãs potiguares.

Natal, 10 de agosto de 2007.

NOME	ENTIDADE
1- Maria das Graças Gomes de Lima	Guarda Municipal-SM
2- João M. Napoleão de Medeiros	Cons. Com. P.O. Esp. Natal
3- Queluz da Silva Matias	Guarda Municipal
4- José Roberto de Jesus da Silva	SINTRO-RN
5- Romário Fereira de Souza	
6- Alberto M. M. Barros	Conselho Comunitário
7- Francisca Paula de Souza	Conselho Comunitário
8- Maria Dilemeide Barrios	União Municipal
9- ELANOR ALCOFORADO	Assoc. Etno-afro Assoc. WAPOLLEY
10- Lourdes Figueiredo de Jesus	Assoc. Zigue Angel
11- SÉRGIO T. A. VITÓRIA	SM (T.M.)
12- FRANCISCO Fernando Araújo	SINTRO/RN
13- Romualdo Nascimento Souza	SINTRO/RN
14- Nilza Francisco de Lima	SITOPARN
15- Manoel Fátima de Souza	
16- Francisco de Paula	CCBR
17- Elvira de Fátima	SMS
18- José Carlos dos Santos Neto (Pedrinho)	SITOPARN
19-	
20-	

## MOÇÃO

Excelentíssima Senhora Governadora do Estado do Rio Grande do Norte  
Dra. Wilma Maria de Faria

Nós, delegados e delegadas da 3ª Conferência da Cidade de Natal, perplexos com a gravidade do "desastre ambiental" recentemente ocorrido no Rio Potengi, e indignados com a forma como o IDEMA vem tratando as questões sócio-ambientais em nosso estado, ora com omissão, ora com superficialidade, solicitamos a Vossa Excelência as providências imediatas no sentido da abertura de processo administrativo transparente, visando a apuração de responsabilidades dos gestores daquela importante instituição pública, que deveria defender os interesses públicos na área do meio ambiente, pois entendemos que a sua atuação, nesse caso, e em outros (p. ex.: Licenciamento do Loteamento Buena Vista), não atende aos anseios dos cidadãos e das cidadãs potiguares.

Natal, 10 de agosto de 2007.

	NOME	ENTIDADE
1-	Pedro Celestino Dantas	Movimento Viva Natal
2-	MERY MEDEIROS DASILVA	Movimento Viva Natal
3-	Antonio Lucas P. Sousa	Sindtextil
4-	Prof. Dr. Ruy S. Costa	Cons. Com. Graças
5-	Ribeiro Bacenda de Brito	SINSENAT
6-	Regina Celi X. de Albuquerque	Clube de Mães
7-	Debra Teixeira de Almeida	AB. dos Acadêmicos
8-	Rafael Luiz Santos de Oliveira	Conasg
9-	Williamson D. Berengue	EMP
10-	JOSE B. CARVALHO	A.A. OPORTUNOS
11-	Francisco Gomes de Lima	Conselho Tutelar Natal/ RN
12-	Francisco Antonio Costa	Libermec
13-	Mônica do Nascimento	M L B
14-	Armando Cavalcanti de A. Neto	SEMURB
15-	João Claudio Aguiar Mendes	Colégio Santa Rita
16-		
17-		
18-		
19-		
20-		

## MOÇÃO

Excelentíssima Senhora Governadora do Estado do Rio Grande do Norte  
Dra. Wilma Maria de Faria

Nós, delegados e delegadas da 3ª Conferência da Cidade de Natal, perplexos com a gravidade do "desastre ambiental" recentemente ocorrido no Rio Potengi, e indignados com a forma como o IDEMA vem tratando as questões sócio-ambientais em nosso estado, ora com omissão, ora com superficialidade, solicitamos a Vossa Excelência as providências imediatas no sentido da abertura de processo administrativo transparente, visando a apuração de responsabilidades dos gestores daquela importante instituição pública, que deveria defender os interesses públicos na área do meio ambiente, pois entendemos que a sua atuação, nesse caso, e em outros (p. ex.: Licenciamento do Loteamento Buena Vista), não atende aos anseios dos cidadãos e das cidadãs potiguares.

Natal, 10 de agosto de 2007.

NOME	ENTIDADE
1- <i>Fauz Solimões</i>	ESCOLA DE APÓCATA-MUNHA
2- <i>Indira Fátima Brito Fereira</i>	CONSELHO COMUNIT. POVO NEGRO
3- <i>MARIA LUCIENE SOUSA PESSOA</i>	CONSELHO COMUNIT. LADEA NOVA
4- <i>Dirceu Alves da Silva</i>	IGREJA PAREDE DO BRASIL
5- <i>Galvânio Pereira de Costa</i>	ONG AMIGOS DA ESPERANÇA
6- <i>Manoel Olímpio de Almeida</i>	Ind. 139.466 SSP
7- <i>Vilma Afonso de Araújo</i>	Grupos Potiguar de Ec. Solidária
8- <i>Edsonir Martins da Trindade</i>	STU
9- <i>João Odeirio Cruz/ps</i>	GRUPO BALNEÁRIO DO MORRO
10- <i>Gláucia Paes</i>	Coletivo Verde Dinha
11-	
12-	
13-	
14-	
15-	
16-	
17-	
18-	
19-	
20-	

## MOÇÃO

Excelentíssima Senhora Governadora do Estado do Rio Grande do Norte  
Dra. Wilma Maria de Faria

Nós, delegados e delegadas da 3ª Conferência da Cidade de Natal, perplexos com a gravidade do "desastre ambiental" recentemente ocorrido no Rio Potengi, e indignados com a forma como o IDEMA vem tratando as questões sócio-ambientais em nosso estado, ora com omissão, ora com superficialidade, solicitamos a Vossa Excelência as providências imediatas no sentido da abertura de processo administrativo transparente, visando a apuração de responsabilidades dos gestores daquela importante instituição pública, que deveria defender os interesses públicos na área do meio ambiente, pois entendemos que a sua atuação, nesse caso, e em outros (p. ex.: Licenciamento do Loteamento Buena Vista), não atende aos anseios dos cidadãos e das cidadãs potiguares.

Natal, 10 de agosto de 2007.

NOME	ENTIDADE
1- Wilma Ramos da Silva	SEHARPE
2- Andreza B. da Silva	SEHARPE
3- M <sup>te</sup> Dulciana Gomes da Silva	EMP.
4- N <sup>te</sup> Andriana de Silva Souto	SMS
5- Flaviana de S. Silva	SEURB
6- Rosângela de Carvalho Pinheiro	SEMPES
7- M <sup>te</sup> Luciana de Souza Passos	CONSE. COMUNIT. LA LON NOVA
8- Manoel Vinícius de N <sup>te</sup>	SEMOV
9- Francisco de S. P <sup>te</sup>	EEBQ
10- FRANCISCO FERNANDO ARAUJO	SINTRO/RN
11- Romualdo Nascimento Souza	SINTRO/RN
12- EMANUEL ALIO FORTES	ESCOLA DULCE WANDERLEY
13-	
14-	
15-	
16-	
17-	
18-	
19-	
20-	

## MOÇÃO

Excelentíssima Senhora Governadora do Estado do Rio Grande do Norte  
Dra. Wilma Maria de Faria

Nós, delegados e delegadas da 3ª Conferência da Cidade de Natal, perplexos com a gravidade do "desastre ambiental" recentemente ocorrido no Rio Potengi, e indignados com a forma como o IDEMA vem tratando as questões sócio-ambientais em nosso estado, ora com omissão, ora com superficialidade, solicitamos a Vossa Excelência as providências imediatas no sentido da abertura de processo administrativo transparente, visando a apuração de responsabilidades dos gestores daquela importante instituição pública, que deveria defender os interesses públicos na área do meio ambiente, pois entendemos que a sua atuação, nesse caso, e em outros (p. ex.: Licenciamento do Loteamento Buena Vista), não atende aos anseios dos cidadãos e das cidades potiguares.

Natal, 10 de agosto de 2007.

NOME	ENTIDADE
1. Simone Duarte Fernandes	SEHARPE
2. Apicilia de Oliveira Brito	SEHARPE
3. Roseane Maria do Vale	UNP
4. Edson Luiz da Silva	SENSEAT
5. Roberto Santos da Silva	Sinotexte
6. Marcos Romênio Garcia F.	JSB / PSB
7. José Humberto da Silva	União C. de 25 anos
8. PASCAL MACEDO	FE E ALEGRIA (red)
9. Jucimara Tavares Lato	FE e Alegria
10. Rogério Pinheiro	ASSOCIAÇÃO ICAAD
11. Fátima Maria Lameira de Medeiros	758420 ITEP/RN
12. Maria Izabela Sousa da Silva	Múcho do Vilar do Bonito
13. Jasmir Santos	SEAPLA
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	

## MOÇÃO

Excelentíssima Senhora Governadora do Estado do Rio Grande do Norte  
Dra. Wilma Maria de Faria

Nós, delegados e delegadas da 3ª Conferência da Cidade de Natal, perplexos com a gravidade do "desastre ambiental" recentemente ocorrido no Rio Potengi, e indignados com a forma como o IDEMA vem tratando as questões sócio-ambientais em nosso estado, ora com omissão, ora com superficialidade, solicitamos a Vossa Excelência as providências imediatas no sentido da abertura de processo administrativo transparente, visando a apuração de responsabilidades dos gestores daquela importante instituição pública, que deveria defender os interesses públicos na área do meio ambiente, pois entendemos que a sua atuação, nesse caso, e em outros (p. ex.: Licenciamento do Loteamento Buena Vista), não atende aos anseios dos cidadãos e das cidadãs potiguares.

Natal, 10 de agosto de 2007.

NOME	ENTIDADE
1- Manoel Rosalvo Pontes	FINSENAT
2- Antonio Mozart Gomes Junior	GRUP. DI. MAR. DO RES. D. ADRIANA
3- William Dwyer Bast	CON. COM. LACER. PORA I
4- Fernando de Jesus Pontes	CON. COM. DO PONT. NOVA
5- Evaldo de Jesus Pontes	CON. COM. B. GUINAPES
6- Juana de Benigno B. Dreyer	Unidade Saúde Quinto
7- Carla Tereza J. dos Santos	SINTECT-RN
8- Récia Juliana J. dos Santos	HLB / USR
9- Izabela de Jesus Gomes Pontes	CPG-1/2
10- Carlos W. Tadeu	REDA DO BOM-AMOR
11- Provença Ezequiel de A. L. Pontes	SEMPER
12- Amílcar F. de A. Pontes	SME
13-	
14-	
15-	
16-	
17-	
18-	
19-	
20-	



## MOÇÃO 05

MOÇÃO DE REPÚDIO ÀS DECLARAÇÕES DO VEREADOR ADÃO ERIDAN,  
Natal 10 de agosto de 2007.

Nós, delegadas e delegados da III Conferência da Cidade do Natal, aprovamos uma Moção de Repúdio ao vereador Adão Eridan (PR), em face de suas declarações ofensivas e desrespeitosas, durante a plenária da Câmara Municipal de Natal. No dia 07/08/2007 chamou os(as) sindicalistas do PSTU, PC do B, PT e PSOL, de vagabundos, causadores de desordens na Câmara Municipal e Assembleia Legislativa e citando nominalmente as companheiras dirigentes sindicais Sonya Godeiro e Sonia Godeiro, que ao contrário do que foi dito pelo vereador, possuem uma extensa folha de trabalho, na busca dos direitos das trabalhadoras, dos trabalhadores e como profissionais de saúde. Atitudes irresponsáveis como essa do vereador, têm a intenção de tirar o foco da investigação realizada pelo Ministério Público e Polícia Federal e Civil, de pagamento de propina para aprovação do Plano Diretor de Natal. Ao que parece, o vereador não gostou de ser citado como um dos envolvidos nesta prática condenada pela população de Natal. Atitudes irresponsáveis como a do vereador Adão Eridan (PR), atingem não só as sindicalistas citadas, mas o conjunto das entidades sindicais do nosso estado e a própria sociedade.

Nome	Entidade
Maria dos Anjos da Silva Lucas	FEUC RN
Jane Roberta de A. Barbosa	FASBAM -
Indezzi Aguiar	SENAR
Isabel C. Guimarães	FEORRN
Elvira de O. F. Costa	SMA
Joel Machado	AMOR
Francine Apolônio da Silva	CUT-RN
M. Virginia F. J. J.	CORCON-RN
Rogério Francisco S. R. R. R.	ASSOCIAÇÃO IZOL
Paulo de Tarso Bordura Aguiar	FETAM/RN
Rafaela Santos da Silva	Sinabêta
Valdeci Pereira Sousa	União dos Comunistas
Adriana Fabiana da Silva	Associação Saúde
Thaís de Brito	UNIC
Pascual Macias	Fe e Alegria
Francisco Rêgo da Silva	União dos Comunistas
Regina Cely de Albuquerque	União dos Comunistas
Leandro de Jesus Goddes Carlos	CREOS-RN
Adriana Rosa dos Santos	CUT-RN
Marcelo do Espírito Santo	G.E.T.I./RN

**MOÇÃO DE REPÚDIO ÀS DECLARAÇÕES DO VEREADOR ADÃO ERIDAN,**  
Natal 10 de agosto de 2007

Nós, delegadas e delegados da III Conferência da Cidade do Natal, aprovamos uma Moção de Repúdio ao vereador Adão Eridan (PR), em face de suas declarações ofensivas e desrespeitosas, durante a plenária da Câmara Municipal de Natal. No dia 07/08/2007 chamou os(as) sindicalistas do PSTU, PC do B, PT e PSOL de vagabundos, causadores de desordem na Câmara Municipal e Assembleia Legislativa e citando nominalmente as companheiras dirigentes sindicais Soraya Godeiro e Sonia Godeiro, que ao contrário do que foi dito pelo vereador, possuem uma extensa folha de trabalho, na busca dos direitos das trabalhadoras, dos trabalhadores e como profissionais de saúde. Atitudes irresponsáveis como essa do vereador, têm a intenção de tirar o foco da investigação realizada pelo Ministério Público e Polícias Federal e Civil, de pagamento de propina para aprovação do Plano Diretor de Natal. Ao que parece, o vereador não gostou de ser citado como um dos envolvidos nesta prática condenada pela população de Natal. Atitudes irresponsáveis como a do vereador Adão Eridan (PR), atingem não só as sindicalistas citadas, mas o conjunto das entidades sindicais do nosso estado e a própria sociedade.

Nome	Entidade
EMANUEL RECONSTRUTOS	BRASIL UNIDO
Isaías Gomes Figueira de Aguiar	Assoc. Zumbi dos Reis
Barbosa Mendes Guimarães	SEBAP
José Humberto da Silva	C. C. de Saúde
Francisco Gomes da Lima	Assoc. Tênis de Mesa
Francisco Maria Lemos de Aguiar	Assoc. R. de S. B. e P. de S. B.
Kelgus Bezerra	MOV. PAZ PITIMBU
Dr. André da Silva, Rosam	CONSE. SAÚDE
Marcelo Bezerra de Melo	SEMOV
M. S. da Silva (Gomes da Silva)	EMP
Francisco (Rafael)	CCBR
Francisco (Liliana de Aguiar)	
Wilson Francisco de Aguiar	SITOPAREN
Dr. Francisco de Aguiar	Forum Saúde
Francisco Fernando Aguiar	SINPRO/RR
Francisco de Aguiar	SINPRO/RR
Willian Bezerra	EMP
Dr. João dos Santos (de Aguiar)	SEOPARAN

ções, delegadas e delegados da III Conferência da Cidade do Natal, aprovamos uma Moção de Repúdio ao vereador Adão Eridan (PR), em face de suas declarações ofensivas e desrespeitosas, durante a plenária da Câmara Municipal de Natal. No dia 7/08/2007 chamou(s) sindicalistas do PSTU, PC do B, PT e PSOL de vagabundos, causadores de desordem na Câmara Municipal e Assembleia Legislativa e citando nominalmente as companheiras dirigentes sindicais Soraia Godeiro e Sonia Godeiro, que ao contrário do que foi dito pelo vereador, possuem uma extensa folha de trabalho, a busca dos direitos das trabalhadoras, dos trabalhadores e como profissionais de saúde. Atitudes irresponsáveis como essa do vereador, têm a intenção de tirar o foco da investigação realizada pelo Ministério Público e Polícia Federal e Civil, de pagamento de propina para aprovação do Plano Diretor de Natal. Ao que parece, o vereador não costou de ser citado como um dos envolvidos nesta prática condenada pela população de Natal. Atitudes irresponsáveis como a do vereador Adão Eridan (PR), atingem não só as sindicalistas citadas, mas o conjunto das entidades sindicais do nosso estado e a própria sociedade.

As delegadas e delegados da III Conferência da Cidade do Natal, aprovamos uma Moção de Repúdio ao vereador Adão Eridam (PR), em face de suas declarações feministas e desrespeitosas, durante a plenária da Câmara Municipal de Natal. No dia 7/08/2007 chamou os(as) sindicalistas do PSTU, PC do B, PT e PSOL de vagabundos, causadores de desordem na Câmara Municipal e Assembleia Legislativa e citando nominalmente as companheiras dirigentes sindicais Soraya Godeiro e Sonia Godeiro, que ao contrário do que foi dito pelo vereador, possuem uma extensa folha de trabalho, a busca dos direitos das trabalhadoras, dos trabalhadores e como profissionais de saúde. Atitudes irresponsáveis como essa do vereador, têm a intenção de tirar o foco da investigação realizada pelo Ministério Público e Polícias Federal e Civil, de pagamento e propina para aprovação do Plano Diretor de Natal. Ao que parece, o vereador não gostou de ser citado como um dos envolvidos nesta prática condenada pela população de Natal. Atitudes irresponsáveis como a do vereador Adão Eridam (PR), atingem não só as sindicalistas citadas, mas o conjunto das entidades sindicais do nosso estado e a própria sociedade.

**MOÇÃO DE REPÚDIO ÀS DECLARAÇÕES DO VEREADOR ADÃO ERIDAN**  
Natal 10 de agosto de 2007

Nós, delegadas e delegados da III Conferência da Cidade do Natal, aprovamos uma Moção de Repúdio ao vereador Adão Eridan (PR), em face de suas declarações ofensivas e desrespeitosas, durante a plenária da Câmara Municipal de Natal. No dia 07/08/2007 chamou os(as) sindicalistas do PSTU, PC do B, PT e PSOL de vagabundos, causadores de desordem na Câmara Municipal e Assembleia Legislativa e citando nominalmente as companheiras dirigentes sindicais Sonaya Godeiro e Sonia Godeiro, que ao contrário do que foi dito pelo vereador, possuem uma extensa folha de trabalho, na busca dos direitos das trabalhadoras, dos trabalhadores e como profissionais de saúde. Atitudes irresponsáveis como essa do vereador, têm a intenção de tirar o foco da investigação realizada pelo Ministério Público e Polícia Federal e Civil, de pagamento de propina para aprovação do Plano Diretor de Natal. Ao que parece, o vereador não gostou de ser citado como um dos envolvidos nesta prática condenada pela população de Natal. Atitudes irresponsáveis como a do vereador Adão Eridan (PR), atingem não só os sindicalistas citados, mas o conjunto das entidades sindicais do nosso estado e a própria sociedade.

Nome	Entidade
Miguel Augusto Lauto	SINSEMAT
José Silvestre	ESCALA DE ENFERMEIROS
MEAY MEDICINA	ANAP/AN
Renata Pereira Siqueira (Instituição)	SEXURB
MARCIO HENRIQUE	SANURB
PAULO IVANOM DA SILVA	MLB
Suzanna Justino da Silva	AGLO
Helton H. F. dos	CONJ. COMUNITÁRIO
Jucilene de Souza Silva	SEMPRA
Santhiago Soares	SINFECT-PA
Dulce Bentes	UPEN



### MOCÃO DE APOIO AO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Natal,

Nós, delegados(as) presentes à 3ª Conferência da Cidade do Natal, entendemos que o Orçamento Participativo do Município do Natal constitui-se num importante espaço de democratização da gestão pública da cidade e reconhecemos o esforço da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças Municipal e Finanças - SEMPLA para a implementação deste. Contudo, observamos que esse esforço não ocorre de forma integrada nos demais órgãos da Administração, o que dificulta imensamente a implementação do processo e execução de seus resultados. Assim, exigimos maior empenho de toda a Administração Municipal no fortalecimento do Orçamento Participativo.

3ª Conferência da Cidade do Natal, em 10 de agosto de 2007.

	DELEGADO(A)
1.	Cláudia Brazda
2.	Aíza Baeruda de Brito
3.	Robson Pereira de Azevedo
4.	Paulo Sérgio de Azevedo
5.	Robson Pereira de Azevedo
6.	MARINALDO ALVES DA SILVA - AMAMBA
7.	Mônica de Nascimento - MLB
8.	Bárbara Maria da Silva - SERSEVAT
9.	Robson Pereira de Azevedo
10.	Robson Pereira de Azevedo - P.C. B. B. B.
11.	Robson Pereira de Azevedo
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	

### MOÇÃO DE APOIO AO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Natal,

Nós, delegados(as) presentes à 3ª Conferência da Cidade do Natal, entendemos que o Orçamento Participativo do Município do Natal constitui-se num importante espaço de democratização da gestão pública da cidade. e reconhecemos o esforço da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças Municipal e Finanças – SEMPLA para a implementação deste. Contudo, observamos que esse esforço não ocorre de forma integrada nos demais órgãos da Administração, o que dificulta imensamente a implementação do processo e execução de seus resultados. Assim, exigimos maior empenho de toda a Administração Municipal no fortalecimento do Orçamento Participativo.

3ª Conferência da Cidade do Natal, em 10 de agosto de 2007.

	DELEGADO(A)
1.	José V. Aires de Azevedo - Conselho de Nôtipos
2.	Francisca Francisca Gomes da Silva
3.	Francisca Batista do Nascimento
4.	Maria Rivaldo de Jesus
5.	Ana Cláudia Aguiar Rocha da Silva
6.	Fátima Ramos Chagas
7.	Francisco Emanuel de Castro Junior
8.	Paulo Roberto Gomes
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	



### MOÇÃO DE APOIO AO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Natal,

Nós, delegados(as) presentes à 3ª Conferência da Cidade do Natal, entendemos que o Orçamento Participativo do Município do Natal constitui-se num importante espaço de democratização da gestão pública da cidade e reconhecemos o esforço da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças Municipal e Finanças - SEMPLA para a implementação deste. Contudo, observamos que esse esforço não ocorre de forma integral nos demais órgãos da Administração, o que dificulta imensamente a implementação do processo e execução de seus resultados. Assim, exigimos maior empenho de toda a Administração Municipal no fortalecimento do Orçamento Participativo.

3ª Conferência da Cidade do Natal, em 10 de agosto de 2007.

	DELEGADO(A)
1.	Manoel Boudle Jout SINCENAT
2.	Jucilene de Souza Silva SEMPLA
3.	Jussara Keila Z. do Nascimento CODECA COMARATAM
4.	Antonio Augusto / Luis Lima COMOB
5.	MERY MEDEIROS / ANABERN
6.	Paula Maria Souza de Oliveira
7.	Caroline Almeida de Souza Nacido
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	

## **ANEXOS**

## ***ANEXO 01 - Regulamento da 3ª Conferência da Cidade do Natal/2003.***

### **REGULAMENTO DA 3ª CONFERÊNCIA DA CIDADE DO NATAL**

#### **TÍTULO I**

##### **Da Finalidade**

**Art. 1º** - Este regulamento tem por finalidade a definição das regras de funcionamento dos grupos de trabalho e da plenária final da 3ª Conferência Municipal da Cidade do Natal, em consonância com seu regimento interno.

#### **TÍTULO II**

##### **Do Funcionamento da Conferência**

##### **CAPÍTULO I**

##### **Dos delegados**

**Art.2º** - Serão considerados Delegados ou Delegadas à 3ª Conferência Municipal da Cidade do Natal, os membros eleitos pelos seis segmentos em conformidade com o que determina o Art. 3º do Decreto Municipal nº 8.197, de 02 de julho de 2007 e o Art. 19 do Regimento da 3ª Conferência Nacional das Cidades.

**Art.3º** - O credenciamento dos delegados inscritos para a 3ª Conferência da Cidade do Natal será realizado no dia 09.08.2007, das 17h às 21h e no dia 10.08.2007 das 7h 30min às 8h 30 min.

**Parágrafo único** - Os suplentes serão credenciados das 8h30min às 9h30min do dia 10.08.07, nas vagas dos delegados não credenciados.

#### **SEÇÃO I**

##### **Dos Grupos de Discussão Temática**

**Art. 4º** - Cada Grupo de Discussão Temática será formado por um máximo de 28 (vinte e oito) delegados, respeitando a proporcionalidade por segmento segundo estabelece o Art. 19 do Regimento da 3ª Conferência Nacional das Cidades.

**§ 1º** - Cada Grupo de Discussão Temática terá um facilitador e um secretário, indicados pela Comissão Preparatória, responsáveis, respectivamente, pela exposição da temática e pelo relatório escrito das discussões; um coordenador e um relator, eleitos pelo próprio grupo, com as respectivas funções: mediar as intervenções e apresentar oralmente o relatório do Grupo de Discussão Temática na Plenária Final.

**§ 2º** - Do relatório do Grupo de Discussão Temática farão parte todas as propostas aprovadas pela maioria simples dos delegados, as quais serão encaminhadas à Comissão de Sistematização para Relatoria na Plenária Final.

**§ 3º** - Cabe ao Grupo de Discussão Temática sugerir duas propostas prioritárias para serem encaminhadas à 3ª Conferência Estadual das Cidades do Rio Grande do Norte.

**§ 4º** - A matéria que for vencida nas discussões do Grupo Temático, mas que obtiver pelo menos um terço dos votos dos seus membros presentes à votação, será objeto de apreciação e deliberação pela Plenária Final.

**Art. 5º** - Os relatórios dos Grupos serão apresentados ao plenário e suas propostas encaminhadas à Plenária Final.

## **SEÇÃO II**

### **Da Plenária Final**

**Art. 6º** - A Plenária Final da 3ª Conferência da Cidade do Natal terá como objetivos:

- a) Apreciação das propostas apresentadas pelos Grupos de Discussão Temáticas e indicação das duas prioritárias;
- b) Apreciação e aprovação das Moções;
- c) Eleição de Delegados para a 3ª Conferência Estadual das Cidades do Rio Grande do Norte.

**Art. 7º** - Os trabalhos serão coordenados por uma mesa constituída por membros da Comissão Organizadora e presidida por seu coordenador, ou alguém por ele indicado.

**Parágrafo Único** – Os trabalhos serão secretariados pelos membros da Comissão de Sistematização.

## **SUBSEÇÃO I**

### **Da apreciação das propostas apresentadas pelos Grupos de Discussão Temáticas e indicação das duas prioritárias**

**Art. 8º** - A apreciação das propostas apresentadas pelos Grupos de Discussão Temática será encaminhada da forma que se segue:

- a) proceder-se-á a leitura das propostas aprovadas nos Grupos de Discussão, assim como daquelas que obtiveram pelo menos um terço dos votos dos delegados de cada grupo;
- b) Inicialmente, o Coordenador da Mesa submeterá à votação as propostas conflitantes nos grupos temáticos;
- c) Os propositores das propostas que não foram aprovadas nos Grupos de Discussão Temática, mas que obtiveram pelo menos 1/3 (um terço) dos votos dos delegados do grupo terão 03 (três) minutos improrrogáveis para a defesa destas em substituição a uma das aprovadas.
- d) O presidente da Mesa concederá a palavra, a seguir, por igual tempo, ao delegado ou participante que defenda a manutenção da proposta aprovada no grupo.
- e) Em seguida, o Coordenador da Mesa submeterá à votação as duas propostas prioritárias sugeridas pelos grupos a serem encaminhadas à 3ª Conferência das Cidades do Rio Grande do Norte;
- f) Caso a plenária não aprove as duas propostas prioritárias indicadas pelo grupo, serão concedidos 03 (três) minutos improrrogáveis para um delegado ou participante defender a indicação de uma das outras propostas apresentada pelo grupo.
- g) O presidente da Mesa concederá a palavra, a seguir, por igual tempo, ao delegado ou participante que a manutenção da proposta aprovada no grupo.
- h) Só poderão ser apresentados destaques de caráter técnico e/ou redacional;

**Parágrafo único** - Não estando o plenário devidamente esclarecido, a Mesa poderá abrir novas inscrições para a defesa das propostas e destaques.

## **SUBSEÇÃO II**

### **Das Moções**

**Art. 9º** - As moções encaminhadas à mesa deverão tratar de assuntos de âmbito municipal e/ou repercussão estadual e/ou nacional, redigidas em uma lauda no máximo e apresentadas à mesa coordenadora dos trabalhos até o início das atividades da Plenária Final.

**I** - Cada moção deverá conter pelo menos a assinatura de 10% (dez por cento) dos delegados inscritos na Conferência.

**II** - Serão concedidos 03 (três) minutos improrrogáveis para um delegado ou participante defender a moção apresentada

**IV** O presidente da Mesa concederá a palavra, a seguir, por igual tempo, ao delegado ou participante que tenha proposta contrária, não sendo aceita, em hipótese alguma, réplica.

**V** - A seguir, a moção será colocada em votação.

## **SUBSEÇÃO III**

### **Da eleição dos Delegados à 3ª Conferência das Cidades do Rio Grande do Norte**

**Art. 10** – A eleição dos 40 (quarenta) delegados à 3ª Conferência das Cidades do Rio Grande do Norte, coordenada pela Comissão Organizadora ou por pessoas por ela indicadas, se procederá da seguinte maneira:

**a)** Os delegados serão divididos em seis grupos, cada um representando um segmento, em conformidade com o Art. 19 do Regimento da 3ª Conferência Nacional das Cidades;

**Parágrafo único** - o segmento “Movimentos sociais e Populares” se subdividirá por região administrativa da cidade do Natal, cabendo 03 (três) delegados à Região Norte, 03 (três) delegados à Região Oeste; 02 (dois) delegados à Região Sul e 02 (dois) delegados à Região Leste.

**b)** Cada segmento elegerá seus delegados em votação por cédula fornecida pela Comissão Organizadora.

**c)** Cada delegado poderá votar em tantos candidatos quanto for o número de vagas disponíveis para seu segmento.

**d)** Após o término da votação nos segmentos, o resultado será encaminhado à Mesa, que proclamará os eleitos.

**Art. 11** - Assegura-se aos Delegados Na Plenária Final o questionamento à Mesa “PELA ORDEM”, sempre que, a critério de qualquer um desses membros, não esteja sendo cumprido o Regimento da Conferência ou este Regulamento.

**Art. 12** - Durante os períodos de votação será vedado qualquer tipo de intervenção.

## **TÍTULO III**

### **Das Disposições Gerais**

**Art. 13** - Todas as deliberações do plenário serão tomadas pela maioria simples dos delegados presentes.

**Art. 14** - Os casos omissos desse Regulamento serão resolvidos pela Comissão Preparatória.

**Art. 15** - O presente Regulamento será apresentado para deliberação dos Delegados da 3ª Conferência da Cidade do Natal, de acordo com a programação dos trabalhos.

Natal, 09 de agosto de 2007.

## ***ANEXO 02 - Regimento da 3ª Conferência da Cidade do Natal***

### **REGIMENTO DA 3ª CONFERÊNCIA DA CIDADE DO NATAL**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DOS OBJETIVOS**

Art. 1º - A 3ª Conferência da Cidade do Natal/RN, convocada pelo Decreto Municipal Nº. \_\_\_\_\_, de 02 de julho de 2007, etapa municipal do processo preparatório da 3ª Conferência Nacional das Cidades, em conformidade com a Resolução Normativa Nº. 04, de 06/12/2006, do Conselho das Cidades e com o Decreto Estadual Nº. 19.841, de 01 de junho de 2007, terá como objetivos:

- I. Propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos dos três Entes Federados com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- II. sensibilizar e mobilizar a sociedade natalense, potiguar e brasileira para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes nas cidades, e
- III. propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia, para a formulação de proposições, realização de avaliações sobre as formas de execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e suas áreas estratégicas.

Art. 2º - A 3ª Conferência da Cidade do Natal/RN, convocada pelo Decreto Municipal Nº. \_\_\_\_\_, de 02 de julho de 2007 e integrante do processo preparatório da 3ª Conferência Nacional das Cidades, terá ainda as seguintes finalidades:

- I. Avançar na construção das Políticas Nacional, Estadual e Municipal de Desenvolvimento Urbano;
- II. indicar prioridades de atuação ao Ministério das Cidades, ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte e ao Município do Natal/RN no tocante às políticas públicas de desenvolvimento urbano;
- III. realizar balanço dos resultados das deliberações da 1ª e da 2ª Conferências Nacionais, Estaduais e Municipais das Cidades, bem como da atuação do Conselho das Cidades, e
- IV. eleger os (as) delegados (as) representantes do Município do Natal/RN na 3ª Conferência das Cidades do Rio Grande do Norte.

#### **CAPÍTULO II**

#### **DA REALIZAÇÃO**

Art. 3º - A 3ª Conferência da Cidade do Natal/RN, será realizada nos dias 26 e 27 de julho de 2007.

Art. 4º - A 3ª Conferência da Cidade do Natal/RN, integrada por representantes democraticamente eleitos na Pré-Conferência, tem abrangência municipal e, conseqüentemente, suas análises, formulações e proposições devem ter essa dimensão.

§ 1º - Os (as) delegados (as) com direito a voz e voto presentes à 3ª Conferência da Cidade do Natal/RN, devem reconhecer a precedência das questões de âmbito municipal e atuar sobre elas, em caráter avaliador, formulador e propositivo.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO TEMÁRIO**

Art. 5º - A 3ª Conferência da Cidade do Natal/RN terá como Lema: “Desenvolvimento urbano com participação popular e justiça social” e como Tema: “Avançando na gestão democrática das cidades” e, em conformidade com o que estabelece o Decreto 19.841, de 01 de junho de 2005, buscando “Construir o Estado que Desejamos”.

§ 1º - O tema deverá ser desenvolvido de modo a articular e integrar as diferentes políticas urbanas, de maneira transversal.

§ 2º - O temário deverá contemplar as questões de âmbito municipal e/ou regional de forma articulada com as temáticas estaduais e nacionais.

Art. 6º - A Comissão Preparatória disponibilizará textos sobre o temário central, que subsidiarão as discussões da 3ª Conferência da Cidade do Natal/RN.

Art. 7º - A 3ª Conferência da Cidade do Natal/RN produzirá um Relatório Final, a ser encaminhado ao Prefeito do Município, à Coordenação Estadual e à Coordenação-Executiva Nacional.

Art. 8º - A 3ª Conferência da Cidade do Natal/RN será composta de:

- I. Palestra de Abertura;
- II. Mesa de Debates;
- III. Grupos Temáticos;
- IV. Plenária Final.

Art. 9º - A Palestra de Abertura versará sobre o lema e o tema da 3ª Conferência Nacional das Cidades, de forma articulada com o objetivo estabelecido no Decreto Estadual 19.841, de 01 de junho de 2007, qual seja, “Construir o Estado que Desejamos”.

Art. 10 - A Mesa de Debates será formada por especialistas das diferentes políticas urbanas, com a função de expor os temas centrais, visando facilitar o processo de discussão dos Grupos Temáticos.

Art. 11 – Os Grupos Temáticos tratarão, de forma mais aprofundada, do mesmo temário abordado na Mesa de Debates.

§ 1º - Para orientar a discussão, os Grupos Temáticos estão divididos em dois temas centrais:

- a) Tema 1 – A Política de Desenvolvimento Urbano e as Intervenções nas Cidades, à luz do Programa de Aceleração Tema 1 – A Política de Desenvolvimento Urbano e as Intervenções nas Cidades, à luz do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – do Governo Federal e da Agenda do Crescimento do Rio Grande do Norte;
- b) Tema 2 – Capacidade e Forma de Gestão das Cidades.

§ 2º - Os Grupos Temáticos, em número de cinco, abordarão os seguintes assuntos:

- a) Tema 1 – A Política de Desenvolvimento Urbano e as Intervenções nas Cidades, à luz do Programa de Aceleração Tema 1 – A Política de Desenvolvimento Urbano e as Intervenções nas Cidades, à luz do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – do Governo Federal e da Agenda do Crescimento do Rio Grande do Norte;
  - 1. Grupo 1.A – As intervenções urbanas e a integração de políticas;
  - 2. Grupo 1.B – As intervenções urbanas e o controle social;
  - 3. Grupo 1.C – As intervenções urbanas e os recursos.
- b) Tema 2 – Capacidade e Forma de Gestão das Cidades
  - 1. Grupo 2.A – Capacidade administrativa e de planejamento e estrutura institucional;
  - 2. Grupo 2.B – Receitas municipais e ampliação de receitas próprias.

§ 3º - Os Grupos Temáticos contarão, para agilização dos trabalhos, com a colaboração de um (a) facilitador (a), por indicação da Comissão Preparatória;

§ 4º - Os Grupos Temáticos escolherão uma mesa diretora dos trabalhos, composta por:

- a) Um (a) Coordenador (a);
- b) um (a) Secretário (a);
- c) um (a) Relator (a)

§ 5º - Nos trabalhos dos Grupos Temáticos não serão tratados temas específicos além daqueles definidos a partir do temário.

Art. 12 - A Plenária Final, órgão soberano da 3ª Conferência da Cidade do Natal/RN, será composta pelo conjunto de Delegados (as) participantes e coordenada por uma Mesa Diretora indicada pela Comissão Preparatória.

Art. 13 – Na Plenária Final será feita a apreciação e deliberação sobre as matérias tratadas nos Grupos Temáticos, a partir da apresentação dos respectivos relatórios destes, procedida por cada relator (a).

Art. 14 – À Plenária Final caberá aprovar ou rejeitar o relatório apresentado por cada Grupo Temático, não cabendo a retomada das discussões dos grupos.



§ 1º - A matéria que for derrotada nas discussões do Grupo Temático, mas que obtiver pelo menos um terço dos votos dos seus membros presentes à votação, será objeto de apreciação e deliberação pela Plenária Final.

§ 2º - Nas discussões submetidas à Plenária Final, em que surgirem propostas conflitantes, será aberta uma inscrição a favor e uma contra para cada proposta, cabendo a cada inscrição o tempo de três minutos para a sua defesa.

§ 3º - Em seguida será submetida à deliberação da Plenária Final, vencendo aquela proposta que obtiver o maior número de votos.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

Art. 15 - A 3ª Conferência da Cidade do Natal/RN, será coordenada pela Comissão preparatória e presidida pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças, conforme estabelecido pelo artigo 6º do Decreto Municipal Nº. \_\_\_\_\_, de 02 de julho de 2007.

## **CAPÍTULO V**

### **DOS PARTICIPANTES**

Art. 16 - A 3ª Conferência da Cidade do Natal/RN deverá ter a participação de representantes dos segmentos constantes do art. 3º do Decreto Municipal nº \_\_\_\_ e interessados nas questões relativas à política de gestão urbana, de habitação, de saneamento ambiental e de trânsito, transporte e mobilidade urbana.

Art. 17 - Os (as) participantes da 3ª Conferência da Cidade do Natal/RN estarão distribuídos (as) em duas categorias:

- I. Delegados (as) com direito a voz e voto; e
- II. Convidados (as) com direito a voz.

Art. 22 – A 3ª Conferência da Cidade do Natal/RN terá uma composição total de 140 delegados (as), eleitos (as) na Pré-Conferência, conforme disposto no art. 2º e com a representação definida no art. 3º do Decreto Municipal nº \_\_\_\_ de 02 de julho de 2007.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 24 – A realização da 3ª Conferência Municipal é fator indispensável para a participação dos delegados do Município do Natal na 3ª Conferência das Cidades do Rio Grande do Norte.

Art. 25 – Os resultados da 3ª Conferência da Cidade do Natal/RN e a relação de delegados (as) para a 3ª Conferência das Cidades do Rio Grande do Norte devem ser remetidos à Comissão Preparatória Estadual e à Comissão-Executiva Nacional em até 5 (cinco) dias após sua realização, em formulário próprio a ser fornecido pelo Ministério das Cidades, conforme artigo 45 da Resolução Normativa Nº. 04, de 06/12/2006, do Conselho das Cidades.

---

Art. 26 – Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pela Comissão Preparatória Municipal, cabendo recurso somente à Comissão Preparatória Estadual, conforme artigo 46 da Resolução Normativa N. 04, de 06/12/2006, do Conselho das Cidades.

Natal/RN, 03 de julho de 2007.